

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - DF

Estudo Técnico Preliminar 538/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 00060-00583478/2024-24

2. Descrição da necessidade

2.1. Introdução

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar, analisar e comparar cenários possíveis para atendimento da demanda formalizada, bem como demonstrar, de forma fundamentada, a viabilidade técnica, operacional e econômica da solução escolhida, subsidiando o processo de contratação.

A contratação pretendida consiste na prestação de serviços contínuos de processamento, higienização, acondicionamento, transporte, gestão logística e distribuição de enxoval hospitalar e tecidos em geral, **associada à locação de enxoval em regime de “pool”**, com utilização de **sistema informatizado de rastreabilidade individualizada**, visando garantir a disponibilidade operacional, qualidade sanitária e controle eficiente do ciclo de vida das peças.

Controle de versões:

Responsável	Versão	Data
Equipe de Planejamento da Contratação - EPC	Versão_01	31/01/2025
Equipe de Planejamento da Contratação - EPC	Versão_02	29/04/2025
Equipe de Planejamento da Contratação - EPC	Versão_03	28/08/2025
Equipe de Planejamento da Contratação - EPC	Versão_04	02/09/2025
Equipe de Planejamento da Contratação - EPC	Versão_05	07/05/2026
Equipe de Planejamento da Contratação - EPC	Versão_06	20/05/2026

2.2. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços de lavanderia hospitalar, compreendendo:

- processamento completo do enxoval;
- logística de coleta e distribuição;
- locação de enxoval em regime de “pool”;
- gestão informatizada e rastreabilidade individualizada;
- controle de vida útil, perdas e reposições;

com o objetivo de assegurar **regularidade assistencial, segurança sanitária e eficiência operacional** no âmbito das unidades da SES/DF.

2.3. Da Caracterização do Problema

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal enfrenta **insuficiência quantitativa e despadronização operacional na gestão do enxoval hospitalar**, com impactos diretos na assistência, na segurança sanitária e na eficiência dos serviços.

As inconformidades observadas decorrem de múltiplos fatores, que devem ser analisados de forma segregada:

a) Fragilidades operacionais e contratuais:

- divergências recorrentes entre peso coletado e devolvido;
- ausência de correspondência entre peças enviadas e recebidas;
- ocorrência de reprocessamentos sem rastreabilidade adequada;
- falhas no controle de fluxo e na responsabilização por perdas;
- inexistência de indicadores confiáveis de desempenho.

b) Fragilidades de controle e governança:

- inexistência de sistema informatizado de rastreabilidade;
- registros manuais suscetíveis a erro e inconsistência;
- ausência de inventários periódicos estruturados;
- dificuldade de mensuração de perdas, evasões e vida útil das peças.

c) Fatores estruturais e logísticos:

- parque de equipamentos parcialmente obsoleto ou inoperante;
- desativação de infraestrutura crítica (ex.: caldeiras);
- inadequações físicas às exigências sanitárias;
- insuficiência de recursos humanos especializados.

A ausência de distinção, nos modelos anteriores, entre perdas decorrentes de:

- desgaste natural,
- falhas operacionais da contratada,
- e extravios sob responsabilidade das unidades,

tem comprometido a efetividade do controle e a adequada alocação de responsabilidades.

Como consequência, observa-se:

- baixa disponibilidade de enxoval nas unidades;
- subutilização da capacidade assistencial (leitos e procedimentos);
- aumento do risco sanitário;
- dificuldade de planejamento logístico e reposição adequada.

2.4. Da Fundamentação da Necessidade

A necessidade da contratação fundamenta-se na **superação estruturada das causas identificadas**, mediante solução que integre execução operacional, controle e governança.

Aspecto Técnico-Operacional

O processamento de roupas hospitalares exige cumprimento rigoroso de requisitos sanitários e operacionais, incluindo:

- segregação física entre áreas suja e limpa;
- controle de temperatura, tempo e processos de desinfecção;
- utilização de produtos regularizados e eficazes;
- rastreabilidade do ciclo de processamento.

Verificam-se, nas unidades atuais, **não conformidades estruturais e operacionais**, tais como:

- impossibilidade de atingir parâmetros térmicos mínimos;
- ausência de barreiras físicas adequadas;
- falhas na padronização dos processos;
- limitação da capacidade instalada.

Aspecto de Governança e Controle

A inexistência de sistema informatizado impede:

- controle efetivo do ciclo de vida das peças;

- identificação de perdas e suas causas;
- rastreabilidade das movimentações;
- produção de dados confiáveis para tomada de decisão.

O modelo atual não assegura:

- transparência operacional;
- definição clara de responsabilidades;
- mecanismos auditáveis de controle.

Aspecto Econômico e de Eficiência

2.4.4.1. A manutenção de estrutura própria apresenta:

- elevado custo fixo;
- baixa eficiência operacional;
- necessidade de investimentos significativos em modernização;
- risco de ineficiência decorrente de subutilização.

A adoção do modelo em regime de “pool” com rastreabilidade permite:

- melhor dimensionamento do enxoval;
- redução de perdas e extravios;
- aumento do giro e disponibilidade;
- substituição programada baseada em vida útil;
- maior previsibilidade operacional.

2.5. Vinculação entre Problema e Solução

A solução proposta foi estruturada para atacar diretamente as causas identificadas:

Problema identificado	Mecanismo da solução
Falta de controle	Sistema informatizado + RFID
Perdas e extravios	Rastreabilidade individual
Reprocessamentos indevidos	Monitoramento por ciclo
Baixa disponibilidade	Modelo “pool” com estoque circulante
Falhas contratuais	Indicadores e responsabilização objetiva

O modelo proposto não se limita à execução do serviço, mas estabelece **arquitetura de governança operacional**, com base em:

- dados auditáveis;
- indicadores mensuráveis;
- controle de desempenho;
- rastreabilidade integral.

2.6. Histórico da Contratação e Diagnóstico

O Sistema de Saúde do Distrito Federal constitui-se atualmente de 7 Superintendências de Regiões de Saúde (SRS) e 3 Unidades de Referência Distrital (URD), compreendendo: Unidades Básicas de Saúde (UBS), Hospitais Regionais, Hospitais Especializados (Hospital São Vicente de Paulo, Hospital Materno Infantil de Brasília e Hospital de Apoio de Brasília), Policlínicas, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), entre outras unidades de diferentes níveis de complexidade.

Os primeiros contratos de terceirização dos serviços de lavanderia hospitalar foram firmados em 2017, envolvendo duas empresas, inicialmente atendendo três hospitais, com posterior ampliação para outras unidades. Abaixo, um resumo dessas contratações:

Contrato 109/2017 - TECHLAV: Abrangia os hospitais HRG, HRGu, ISM e HRSAM, com valor estimado de R\$ 4.571.673,07 (R\$ 4,08 por kg de roupa processada) e vigência expirada em dezembro de 2022;

Contrato 092/2017 - DUELAV: Abrangia os hospitais HRS, HRPL e HRBZ, com valor estimado de R\$ 2.946.353,53 (R\$ 3,95 por kg de roupa processada) e vigência também expirada em dezembro de 2022.

Atualmente, os serviços são prestados pela empresa ACQUA FLASH, contratada pelo processo 00060-00061054/2022-41, resultando em dois contratos administrativos em execução:

Contrato 050919/2024:

I- Empresa Contratada: Lavanderia Hospitalar Acqua Flash Ltda.

II- Lotes e Unidades Atendidas:

a) Lote 2: HRGU e Instituto de Saúde Mental (R\$ 4,28/kg).

b) Lote 3: HRS e HRPL (R\$ 4,28/kg).

c) Lote 4: HRG (R\$ 4,28/kg).

d) Lote 6: HSVP, HRT e HRSAM (R\$ 3,19/kg).

e) Lote 7: HRBZ e HRC (R\$ 3,03/kg).

III- Quantidade de Consumo Estimada: 622.908 kg/mês.

IV- Assinatura do Contrato: 02/02/2024.

V- Valor Total do Contrato: R\$ 26.313.914,88.

Contrato 051391/2024:

VI- Empresa Contratada: Lavanderia Hospitalar Acqua Flash Ltda.

VII- Lotes e Unidades Atendidas:

a) Lote 1: HRAN e HMIB.

b) Lote 5: HRL e HAB.

VIII- Quantidade de Consumo Estimada: 244.002 kg/mês.

IX- Assinatura do Contrato: 24/06/2024.

X- Valor Total do Contrato: R\$ 12.531.942,72.

O faturamento acumulado dos contratos vigentes totaliza o valor de R\$ 12.423.509,74 (doze milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quinhentos e nove reais e setenta e quatro centavos).

Embora a estimativa inicial tenha considerado uma demanda de aproximadamente 8 kg/leito/dia, conforme o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde da ANVISA, a quantidade de roupas efetivamente processadas tem sido inferior ao contratado em razão da baixa disponibilidade de enxovais nos hospitais, situação que será regularizada com a implementação da locação.

Por fim, sentença oriunda do Processo nº 0714299-12.2023.8.0700018 - AÇÃO POPULAR declarou a nulidade do Pregão Eletrônico nº 78/2023, realizado pela Secretaria de Estado de Saúde - SES/DF, com modulação de seus efeitos:

"Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para declarar a nulidade do Pregão Eletrônico nº 78/2023, realizado pela Secretaria de Estado de Saúde - SES/DF.

Em observância aos princípios da continuidade do serviço público, razoabilidade e proporcionalidade, modulo os efeitos da presente decisão para que seus efeitos passem a vigorar 9 (nove) meses depois de publicada a presente sentença."

A SES/DF possui 15 unidades de saúde que necessitam de serviços de processamento de roupas hospitalares.

Além disso, como demanda, a ser implementada, encontram-se em construção os seguintes hospitais: Hospital Oncológico, Hospital Ortopédico do Guará, Hospital do Recanto das Emas e Hospital de São Sebastião

A contratação visa implementar solução especializada que qualifique a assistência hospitalar e garanta a continuidade do fornecimento de enxoval com qualidade e em quantidade adequada para manter os serviços dos hospitais da rede SES-DF, atendendo de forma padronizada, eficiente e rastreável à demanda das unidades hospitalares por serviços especializados de higienização, acondicionamento, transporte, controle e distribuição de enxoval hospitalar, com apoio de sistemas informatizados para rastreamento e geração de indicadores, além da locação das peças com controle rigoroso de vida útil.

Tal ampliação cria um incremento significativo na oferta e gestão dos materiais hospitalares, ajustando-se às exigências operacionais e aos padrões de eficiência requeridos pelos novos serviços prestados. O cenário atual evidencia, portanto, a necessidade de ajustes contínuos e adequados nos estoques de enxoval hospitalar para garantir a eficácia e a sustentabilidade das operações.

Diante dos fatos apresentados, destacam-se os seguintes aspectos que fundamentam a necessidade da contratação em questão:

Máquinas Obsoletas: Muitas máquinas em uso possuem idade média elevada, superando em até 30 anos o período recomendado pelos fabricantes, o que evidencia a urgência na renovação desses equipamentos. A obsolescência tecnológica impede o cumprimento dos parâmetros técnicos exigidos pela RDC ANVISA nº 6/2012 para processamento hospitalar.

TOMBAMENTO:	DESCRIÇÃO	AQUISIÇÃO	INCORPORAÇÃO	VALOR	IDADE
01900.081.732	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, CAPACIDADE 22KG, A VAPOR, M/BAUMER	28/06/1989	26/10/2010	0,01	36
00001.071.176	Ferro de passar roupa a vapor.	23/04/2013	30/09/2013	58,62	12
00000.320.588	Máquina de secar roupas, marca Brastemp, modelo BSR20A, 220v.	04/10/2000	29/12/2000	1.060,00	25
00001.776.801	MAQUINA DE LAVAR E SECAR ROUPAS MARCA ELETROLUX.	26/06/2024	06/08/2024	2.600,00	1
00001.776.802	MAQUINA DE LAVAR E SECAR ROUPAS MARCA ELETROLUX.	26/06/2024	06/08/2024	2.600,00	1
00000.357.869	Máquina de secar roupas, marca Baumer-Castanho, modelo LS-50V, rotativo, capacidade para condicionar e secar 50Kg de roupas.	22/03/2002	13/05/2002	26.076,00	23
01900.015.580	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, CAPACIDADE 15KG, MODELO 02, M /CASTANHO	21/04/1984	26/10/2010	0,01	41
01900.018.576	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, CESTO EM ACO, M/SM	11/02/2000	26/10/2010	0,01	25
01900.113.190	MAQUINA DE LAVAR ROUPA, ESTRUTURA EM ACO, 220V, M/BAUMER CASTANHO	07/01/1991	26/10/2010	0,01	34
01900.147.815	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, CAPACIDADE 50 KG, TRIFASICO, M/CRANS INEQUIL	23/06/1998	26/10/2010	9.985,00	27
01900.157.101	CENTRIFUGADORA INDUSTRIAL DE ROUPAS, CAPACIDADE 50 KG, MODELO CT-250, M /SUZUKI	11/12/1998	26/10/2010	5.940,00	26
00000.357.862	Máquina de lavar roupas, marca Baumer-Castanho, modelo LXS-50, e extratora com barreira, capacidade para 50Kg	22/03/2002	13/05/2002	189.983,00	23
00000.357.866	Máquina de secar roupas, marca Baumer-Castanho, modelo LS-50V, rotativo, capacidade para condicionar e secar 50Kg de roupas.	22/03/2002	13/05/2002	26.076,00	23
00000.357.867	Máquina de secar roupas, marca Baumer-Castanho, modelo LS-50V, rotativo, capacidade para condicionar e secar 50Kg de roupas.	22/03/2002	13/05/2002	26.076,00	23
00000.357.868	Máquina de secar roupas, marca Baumer-Castanho, modelo LS-50V, rotativo, capacidade para condicionar e secar 50Kg de roupas.	22/03/2002	13/05/2002	26.076,00	23
00000.352.052	Máquina de lavar roupas, marca Bauner, ref. LLS-30-M, para instalação em barreira anti-infecção cruzada, capacidade 30kg.	05/11/2001	12/12/2001	11.278,00	24
00001.071.178	Ferro de passar roupa a vapor.	23/04/2013	30/09/2013	58,62	12
00001.050.911	Máquina de Lavar e Secar Roupas, marca Eletrolux, capacidade 15KG.	05/06/2013	31/07/2013	1.286,85	12
00001.050.913	Máquina de Lavar e Secar Roupas, marca Eletrolux, capacidade 15KG.	05/06/2013	31/07/2013	1.286,85	12
01900.146.129	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, GABINETE EM ACO, CAPACIDADE 50KG, M/SUZUKI	30/01/1998	26/10/2010	7.470,00	27
01900.146.130	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, CAPACIDADE 50 KG, MOTOR 1,5CV, TRIFASICO, M/SM	18/03/1998	26/10/2010	9.985,00	27
01900.147.885	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, GABINETE EM ACO, CAPACIDADE 50KG, M/SM	31/08/2000	26/10/2010	7.470,00	25
01900.147.886	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, GABINETE EM ACO, CAPACIDADE 50KG, M/SM	31/08/2000	26/10/2010	7.470,00	25

00000.829.935	Mesa para separar roupa suja na lavanderia, com estrutura e tampo em aço inox, medindo 2,00x1,50x0,50m.	15/07/2010	28/04/2011	1.450,00	15
00000.829.937	Mesa para separar roupa suja na lavanderia, com estrutura e tampo em aço inox, medindo 2,00x1,50x0,50m.	15/07/2010	28/04/2011	1.450,00	15
01900.113.679	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, CAPACIDADE 50 KG, MOTOR 1,5CV, TRIFASICO, M/SM	12/09/1991	26/10/2010	0,01	34
00000.356.397	Máquina de lavar roupa, marca Suzuki, modelo Soft Lex's 100, uso industrial, hospitalar horizontal, capacidade 100kg.	22/03/2002	10/04/2002	251.711,00	23
00000.356.398	Máquina de lavar roupa, marca Suzuki, modelo Soft Lex's 100, uso industrial, hospitalar horizontal, capacidade 100kg.	22/03/2002	10/04/2002	251.711,00	23
00000.357.860	Máquina de lavar roupas, marca Baumer-Castanho, modelo LXS-50, e extratora com barreira, capacidade para 50Kg	22/03/2002	13/05/2002	189.983,00	23
00000.357.861	Máquina de lavar roupas, marca Baumer-Castanho, modelo LXS-50, e extratora com barreira, capacidade para 50Kg	22/03/2002	13/05/2002	189.983,00	23
00000.357.863	Máquina de secar roupas, marca Baumer-Castanho, modelo LS-50V, rotativo, capacidade para condicionar e secar 50Kg de roupas.	22/03/2002	13/05/2002	26.076,00	23
00000.357.864	Máquina de secar roupas, marca Baumer-Castanho, modelo LS-50V, rotativo, capacidade para condicionar e secar 50Kg de roupas.	22/03/2002	13/05/2002	26.076,00	23
00000.357.865	Máquina de secar roupas, marca Baumer-Castanho, modelo LS-50V, rotativo, capacidade para condicionar e secar 50Kg de roupas.	22/03/2002	13/05/2002	26.076,00	23
00000.829.941	Mesa para separar roupa suja na lavanderia, com estrutura e tampo em aço inox, medindo 2,00x1,50x0,50m.	15/07/2010	28/04/2011	1.450,00	15
00001.859.157	MAQUINA DE LAVAR E SECAR ROUPAS, CAPACIDADE 14KG marca LG	17/12/2024	18/03/2025	7.678,40	0
00000.356.396	Máquina de lavar roupa, marca Suzuki, modelo Soft Lex's 100, uso industrial, hospitalar horizontal, capacidade 100kg.	22/03/2002	10/04/2002	251.711,00	23
00000.829.933	Mesa para separar roupa suja na lavanderia, com estrutura e tampo em aço inox, medindo 2,00x1,50x0,50m.	15/07/2010	28/04/2011	1.450,00	15
00001.172.898	Máquina para secagem de roupa.	17/09/2014	26/09/2014	800,00	11
00001.475.571	MÁQUINA SECADORA DE ROUPAS - capacidade 50kg - marca BAUMER - modelo LS50V - série 782072	14/09/1966	28/04/2020	0,01	59
01900.041.099	MAQUINA DE LAVAR ROUPA, ESTRUTURA EM ACO, CAPACIDADE 100KG, BIVOLT, M/BAUMER	01/09/1975	26/10/2010	0,01	50
01900.046.982	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, CAPACIDADE 25 KG, ELETRICO, M/BAUMER	16/06/1978	26/10/2010	0,01	47
01900.046.983	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, CAPACIDADE 25 KG, ELETRICO, M/BAUMER	16/06/1978	26/10/2010	0,01	47
01900.046.988	MAQUINA DE LAVAR ROUPA, ESTRUTURA EM ACO, CAPACIDADE 5 KG, 220V, M/BAUMER	19/06/1978	26/10/2010	0,01	47
01900.081.608	MAQUINA EXTRATORA CENTRIFUGA, CAPACIDADE 50KG DE ROUPA, 220V, M /BAUMER	15/06/1978	26/10/2010	0,01	47
01900.147.887	SECADORA ROTATIVA DE ROUPA, GABINETE EM ACO, CAPACIDADE 50KG, M/SM	31/08/2000	26/10/2010	7.470,00	25
00000.356.395	Máquina de lavar roupa, marca Suzuki, modelo Soft Lex's 100, uso industrial, hospitalar horizontal, capacidade 100kg.	22/03/2002	10/04/2002	251.711,00	23

00001.050.912	Máquina de Lavar e Secar Roupas, marca Eletrolux, capacidade 15KG.	05/06/2013	31/07/2013	1.286,85	12
00001.050.915	Máquina de Lavar e Secar Roupas, marca Eletrolux, capacidade 15KG.	05/06/2013	31/07/2013	1.286,85	12
00000.829.934	Mesa para separar roupa suja na lavanderia, com estrutura e tampo em aço inox, medindo 2,00x1,50x0,50m.	15/07/2010	28/04/2011	1.450,00	15
00000.829.938	Mesa para separar roupa suja na lavanderia, com estrutura e tampo em aço inox, medindo 2,00x1,50x0,50m.	15/07/2010	28/04/2011	1.450,00	15
00000.829.940	Mesa para separar roupa suja na lavanderia, com estrutura e tampo em aço inox, medindo 2,00x1,50x0,50m.	15/07/2010	28/04/2011	1.450,00	15
00001.361.717	MÁQUINA DE SECAR ROUPA, CAP. 7KG, 220V, MARCA CONTINENTAL	09/11/2016	10/04/2018	45,52	9
01900.091.430	MAQUINA DE SECAR ROUPAS, ESTRUTURA EM ACO, CAPACIDADE 10 KG, M/SANTO ANDRE	08/08/1984	26/10/2010	0,01	41
01900.113.191	MAQUINA DE LAVAR ROUPA, ESTRUTURA EM ACO, 220V, M/BAUMER CASTANHO	07/01/1991	26/10/2010	0,01	34
01900.113.192	MAQUINA DE LAVAR ROUPA, ESTRUTURA EM ACO, 220V, M/BAUMER CASTANHO	07/01/1991	26/10/2010	0,01	34
01900.113.193	MAQUINA DE LAVAR ROUPA, ESTRUTURA EM ACO, 220V, M/BAUMER CASTANHO	07/01/1991	26/10/2010	0,01	34

Existem equipamentos com 36 anos de uso, como secadoras de 1989, muito além de qualquer parâmetro de vida útil aceitável. Máquinas de secar e lavar com 25 anos de uso, muito acima do limite técnico recomendado (8 a 12 anos para máquinas industriais e 5 a 7 anos para máquinas comerciais).

Equipamentos com valor contábil simbólico de R\$ 0,01, o que significa que já estão totalmente depreciados e não possuem valor patrimonial recuperável, deixando claro que sua operação depende de manutenção pesada, cara e recorrente.

A vida útil dos equipamentos atuais já está exaustivamente superada, implicando: altos índices de parada; baixa eficiência térmica e de consumo; falhas mecânicas frequentes; perda elevada de produtividade; maior risco sanitário por falhas em etapas essenciais do processo (temperatura, centrifugação, secagem etc.).

Em termos práticos, esta realidade inviabiliza a operação segura de lavanderias próprias, principalmente pelo **custo elevado de manter infraestrutura própria**.

Uma lavanderia hospitalar exige área física segregada; barreiras sujo/limpo; sistemas de exaustão; caldeiras; aquecedores; mão de obra especializada; EPIs; manutenção predial e preventiva; controle sanitário permanente; conformidade com marcos regulatórios da ANVISA (Manual de Processamento de Roupas, RDCs etc.).

Manter essa estrutura para cada unidade hospitalar resulta em **elevado custo fixo e baixa produtividade**, especialmente diante de máquinas antigas e ineficientes. A terceirização e centralização do processamento proporcionam: economia de escala; padronização; rastreabilidade; maior velocidade e qualidade; redução de risco sanitário.

Equipamentos Comprometidos e Incapacidade Operacional: A desativação das caldeiras inviabilizou completamente o funcionamento de equipamentos que dependem de aquecimento para o processamento seguro e eficaz do enxoval hospitalar, tornando impossível atingir as temperaturas mínimas de 71° C por 3 minutos ou 65°C por 10 minutos exigidas para descontaminação.

Infraestrutura Deficiente e Não Conformidade Sanitária: As atuais condições estruturais das lavanderias da rede — instalações físicas precárias, ausência de barreira física entre área suja e limpa, insuficiência de recursos humanos e materiais, e ausência de capacidade instalada para atender demandas emergenciais — tornam o sistema vulnerável, não conforme às normas sanitárias e incapaz de atender às necessidades atuais.

Implantação Adequada e Redução de Riscos: Reformas estruturais, gestão alinhada às técnicas contemporâneas e rigor na limpeza do ambiente são indispensáveis para minimizar os riscos de transmissão de infecções provenientes de fontes inanimadas, incluindo patógenos multirresistentes (MRSA, VRE, Acinetobacter baumannii).

Controle de Infecções: A limpeza e desinfecção de superfícies, objetos e roupas nos serviços de saúde são medidas essenciais para interromper a cadeia epidemiológica e reduzir riscos à saúde.

Equipamentos Comprometidos: A desativação judicial das caldeiras inviabilizou o funcionamento de equipamentos que dependem de aquecimento para o processamento seguro e eficaz do enxoval hospitalar.

Falta de Controle de Inventário: O controle inadequado do inventário resultou em um índice elevado de perdas e evasões de enxoval, dificultando os esforços administrativos para reposição e manutenção desses itens.

Crescimento na Demanda: O aumento no consumo de enxovais hospitalares, associado à expansão dos serviços e às novas regulamentações legais, requer um ajuste proporcional na oferta de materiais para atender as demandas crescentes.

Expansão da Rede Hospitalar: A previsão de inauguração de novos hospitais aumentará significativamente a demanda por enxoval processado, exigindo capacidade operacional que a estrutura atual não possui.

Infraestrutura Deficiente: As atuais condições estruturais das lavanderias da rede — instalações físicas precárias, insuficiência de recursos humanos e materiais, e ausência de capacidade instalada para atender demandas emergenciais — tornam o sistema vulnerável e incapaz de atender às necessidades atuais.

Condições de Trabalho Insatisfatórias: A precariedade de equipamentos, mobiliários, espaço físico, instalações elétricas e hidráulicas, bem como a ausência de sistemas de vapor, compromete o conforto e a segurança dos servidores e pacientes.

Déficit de Pessoal: A vacância de cargos no setor de lavanderia, resultado da extinção de posições no serviço público, gerou insuficiência de recursos humanos para execução de atividades essenciais, como controle de estoques, confecção e reparos de enxoval.

Risco de Interrupção de Serviços Essenciais: A ausência de contratação tempestiva comprometerá gravemente o funcionamento das 15 unidades de saúde da SES-DF, impactando diretamente procedimentos cirúrgicos, atendimentos de urgência e internações, violando o princípio constitucional de continuidade do serviço público de saúde.

Frente a esse cenário, a continuidade no fornecimento de enxovais hospitalares é imprescindível para o pleno funcionamento das unidades de saúde, garantindo higiene, conforto e segurança aos pacientes, acompanhantes e profissionais. Qualquer interrupção nesse serviço impactaria diretamente a qualidade do atendimento e das operações hospitalares.

A prestação dos serviços de higienização e processamento de enxoval hospitalar, com locação e gestão logística das peças, tem a necessidade de utilizar mecanismos eficientes de controle e rastreabilidade, que garantam a disponibilidade, conservação, higienização e reposição adequada dos itens utilizados nas unidades de saúde. Nesse contexto, é imprescindível adotar equipamentos e um sistema informatizado de gestão do enxoval, capaz de realizar o monitoramento detalhado de cada peça ao longo de seu ciclo de uso, possibilitando o controle de informações como data de aquisição, histórico de lavagens, desgastes, perdas, avarias, retiradas para costuras, retiradas por manchas, retiradas por evasão, e demais dados relevantes à sua manutenção e reposição.

Os controles são essenciais para o planejamento logístico e estratégico da Administração, permitindo a emissão de relatórios gerenciais e indicadores de desempenho que auxiliam na tomada de decisão quanto à reposição e dimensionamento do enxoval, prevenindo tanto a escassez quanto o excesso de materiais.

Adicionalmente, deve-se realizar um controle maior como otimização na distribuição e coleta de roupas, maior controle de inventário, redução de custos públicos e monitoramento eficaz da evasão e mau uso. Essa tecnologia integra os serviços de locação de enxoval e assegura maior eficiência, além de centralizar a responsabilidade em caso de eventuais problemas na prestação do serviço.

A contratação de uma empresa especializada na prestação contínua de serviços de lavanderia hospitalar oferece ganhos substanciais, como:

- Libera investimentos que seriam necessários para itens não produtivos da lavanderia, podendo ser direcionados para qualificar os serviços prestados;
- Reduz a complexidade da gestão local no que tange à hotelaria, criando ferramentas de gestão e controle de estoques;
- Aumenta a produtividade, eficiência e qualidade dos serviços;
- Reduz custos financeiros, referente a aquisição, manutenção e depreciação de equipamentos, insumos (sacos, produtos químicos, tecidos, aviamentos, carros de transporte, hampers), e gastos com água e energia;
- Garante a uniformidade, padrões de higiene e boa apresentação;
- Previne infecções hospitalares através do tratamento adequado do enxoval;
- Mantém os serviços essenciais de assistência médica e hospitalar;
- Melhora o conforto e bem-estar de pacientes, servidores e público;
- Garante o foco da SES/DF, priorizando a atenção na qualidade de atendimento ao usuário, evitando os possíveis problemas operacionais;
- Adequa a legislação vigente frente aos órgãos de controle;
- Adota políticas de sustentabilidade ambiental nas atividades, demonstrando o comprometimento com práticas que promovam a redução de impactos ambientais, a gestão responsável de recursos e o desenvolvimento sustentável,
- Reduz o risco de descontinuidade no serviço de processamento de serviços de saúde;

- Atende os estabelecimentos de serviço de saúde em sua carta de serviços com segurança, qualidade, continuidade e conforto;
- Atende às legislações vigentes e aos padrões estabelecidos pela ANVISA, inclusive o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde da Agência nacional de Vigilância Sanitária;
- Otimização da assistência à saúde reduzindo o tempo de internação e/ou de cirurgia; e
- Adequa o serviço de processamento de roupas conforme a demanda atual.

Ademais, há previsão de inauguração de quatro novos hospitais no Distrito Federal, o que reforça de maneira significativa a necessidade de ampliação e fortalecimento dos serviços de higienização e gestão de enxoval hospitalar. A expansão da rede hospitalar implicará no aumento da quantidade de leitos disponíveis e na diversificação dos serviços assistenciais ofertados, exigindo maior capacidade operacional da contratada para atender à demanda crescente com eficiência, qualidade e segurança, considerando as especificidades do cuidado hospitalar de cada unidade.

A análise dos contratos vigentes evidencia que a baixa execução dos quantitativos contratados não decorre exclusivamente da demanda assistencial, mas principalmente da **insuficiência de enxoval disponível e das falhas de controle e gestão**, reforçando a necessidade de reestruturação do modelo.

2.7. Plano de Destinação do Parque de Equipamentos Existente

Com vistas ao atendimento dos princípios da economicidade, eficiência, sustentabilidade, gestão patrimonial e adequada destinação dos bens públicos, será elaborado e executado Plano de Destinação do Parque de Equipamentos atualmente existente nas lavanderias hospitalares da rede, contemplando ações de avaliação técnica, reaproveitamento, recuperação, remanejamento, desfazimento e baixa patrimonial dos equipamentos vinculados às atividades de processamento de roupas hospitalares.

O plano deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021, das normas patrimoniais do Distrito Federal, dos normativos contábeis aplicáveis ao patrimônio público e das diretrizes de sustentabilidade administrativa.

Inicialmente, todos os equipamentos atualmente vinculados às lavanderias hospitalares deverão ser submetidos à avaliação técnica individualizada, com emissão de parecer circunstanciado contendo, no mínimo:

- identificação patrimonial;
- descrição do equipamento;
- estado de conservação;
- grau de funcionalidade;
- estimativa de vida útil remanescente;
- viabilidade técnica e econômica de recuperação;
- custo estimado de manutenção ou reforma;
- risco sanitário associado ao uso;
- compatibilidade com normas técnicas e sanitárias vigentes;
- possibilidade de reaproveitamento institucional.

Com base nessa avaliação, os equipamentos deverão ser classificados nas seguintes categorias:

I – Equipamentos Aptos à Continuidade de Uso

Equipamentos que apresentem condições operacionais adequadas, baixo custo de manutenção e compatibilidade com as exigências sanitárias poderão ser mantidos em operação para finalidades complementares, contingenciais, educacionais ou de apoio logístico.

Nessa hipótese, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

- realocação para unidades com baixa demanda operacional;
- utilização em serviços internos de apoio;
- utilização como estrutura de contingência em situações emergenciais;
- utilização em unidades de ensino, capacitação ou treinamento técnico;
- manutenção preventiva programada para preservação da funcionalidade.

II – Equipamentos Recuperáveis

Equipamentos classificados como recuperáveis poderão ser submetidos à manutenção corretiva, reforma ou modernização, desde que demonstrada vantagem econômica em relação à substituição.

Para esses equipamentos, poderão ser adotadas as seguintes providências:

- criação de oficina central de manutenção de equipamentos de lavanderia hospitalar;
- reaproveitamento de componentes e peças;
- recuperação parcial para utilização em atividades acessórias;
- utilização como estoque técnico de peças de reposição;
- remanejamento entre unidades da rede conforme necessidade operacional.

A eventual recuperação deverá observar critérios de custo-benefício, eficiência energética, segurança operacional e conformidade sanitária.

III – Equipamentos Antieconômicos ou Obsoletos

Os equipamentos considerados antieconômicos, obsoletos, irrecuperáveis ou incompatíveis com os requisitos sanitários atuais deverão ser submetidos aos procedimentos de desfazimento patrimonial previstos na legislação aplicável.

Nesses casos, poderão ser adotadas as seguintes alternativas:

- alienação por leilão público;
- doação a instituições públicas, educacionais ou assistenciais, quando permitido legalmente e demonstrado interesse público;
- reciclagem de componentes metálicos e materiais reaproveitáveis;
- descarte ambientalmente adequado de resíduos eletromecânicos;
- baixa patrimonial definitiva.

A classificação como inservível deverá ser precedida de laudo técnico fundamentado.

IV – Reaproveitamento Estratégico e Contingencial

Parte dos equipamentos atualmente existentes poderá ser mantida como reserva técnica estratégica para situações excepcionais, tais como:

- interrupção parcial dos serviços contratados;
- situações emergenciais sanitárias;
- eventos de calamidade pública;
- aumento abrupto de demanda assistencial;
- contingências operacionais.

Nessas hipóteses, os equipamentos poderão compor estrutura mínima emergencial de processamento complementar, desde que mantidas condições mínimas de segurança operacional e sanitária.

V – Sustentabilidade e Gestão Patrimonial

O Plano de Destinação deverá priorizar soluções sustentáveis e ambientalmente adequadas, evitando desperdício de recursos públicos e promovendo:

- maximização do reaproveitamento patrimonial;
- redução de descarte desnecessário;
- reciclagem de materiais;
- prolongamento da vida útil de ativos recuperáveis;
- racionalização dos custos de manutenção;
- redução de ociosidade patrimonial.

VI – Governança e Controle

A execução do Plano de Destinação deverá ocorrer mediante atuação conjunta das áreas de:

- patrimônio;
- engenharia clínica/manutenção;
- hotelaria hospitalar;
- controle interno;
- gestão de contratos;
- área técnica demandante.

Os procedimentos de avaliação, reaproveitamento, desfazimento ou baixa patrimonial deverão ser devidamente formalizados nos autos administrativos correspondentes, acompanhados de laudos técnicos, registros fotográficos e documentação patrimonial pertinente.

A implementação do presente plano busca assegurar adequada gestão dos ativos públicos existentes, evitando a permanência de equipamentos potencialmente utilizáveis em situação de abandono ou ociosidade, ao mesmo tempo em que promove racionalidade administrativa, sustentabilidade e eficiência na transição para o novo modelo operacional proposto.

2.8. Ganhos Operacionais Esperados com a Implantação da Solução

A modelagem proposta, baseada na locação de enxoval hospitalar com rastreabilidade individualizada e sistema informatizado de gestão, busca enfrentar diretamente as fragilidades identificadas no modelo atualmente executado pela SES/DF, especialmente quanto à indisponibilidade operacional do enxoval, ausência de controle de perdas, inexistência de rastreabilidade, falhas de inventário, reprocessamentos não monitorados e baixa efetividade dos mecanismos de fiscalização contratual.

Atualmente, verifica-se cenário de baixa governança operacional, marcado por ausência de padronização entre unidades hospitalares, inventários manuais descentralizados, inexistência de controle preciso de extravios, reposições realizadas sem controle consolidado e deficiência no

acompanhamento de indicadores de desempenho. Soma-se a isso a fragilidade do atual Instrumento de Medição de Resultado (IMR), cuja estrutura não permite a aplicação de glosas efetivas capazes de induzir melhoria contínua da execução contratual.

A solução proposta incorpora mecanismos estruturados de controle operacional, gestão informatizada e rastreabilidade unitária das peças, permitindo o monitoramento integral do ciclo do enxoval, desde a coleta da roupa suja até sua redistribuição às unidades assistenciais, com registro eletrônico das movimentações, identificação de perdas, controle de vida útil e geração de relatórios gerenciais.

Nesse contexto, estimam-se os seguintes ganhos operacionais e assistenciais esperados:

Indicador	Situação Atual	Situação Esperada com a Nova Solução
Controle de perdas e extravios	Inexistente ou manual, sem rastreabilidade	Controle eletrônico individualizado por peça
Rastreabilidade do enxoval	Não existente	Rastreamento integral das movimentações
Inventário patrimonial/operacional	Manual e descentralizado	Inventário automatizado e consolidado
Disponibilidade operacional do enxoval	Insuficiente e irregular	Disponibilidade padronizada e monitorada
Tempo de reposição/distribuição	Variável e com atrasos frequentes	Controle por SLA e monitoramento sistêmico
Controle de reprocessamentos	Sem registro confiável	Registro automatizado de ocorrências
Padronização quantitativa entre unidades	Inexistente	Definição de estoque mínimo por perfil assistencial
Efetividade da fiscalização	Limitada por ausência de dados	Fiscalização baseada em indicadores objetivos
Aplicação de glosas	Baixa efetividade prática	Vinculação objetiva a indicadores de desempenho
Gestão de vida útil das peças	Inexistente	Controle automatizado por ciclos de uso
Transparência operacional	Restrita	Relatórios gerenciais e auditoria de dados
Apoio à tomada de decisão	Baseado em informações fragmentadas	Base gerencial consolidada e em tempo real

A implantação da solução permitirá, ainda, redução progressiva dos índices de evasão e perdas operacionais, melhoria do giro do enxoval, aumento da previsibilidade logística e fortalecimento da governança contratual, mediante utilização de indicadores objetivos de desempenho, mecanismos de auditoria e validação das informações operacionais.

Ressalta-se que, diante da inexistência histórica de base de dados consolidada e confiável sobre perdas, extravios, reprocessamentos e quantitativos efetivamente disponíveis nas unidades hospitalares, os ganhos quantitativos específicos serão progressivamente mensurados após a implantação da solução informatizada, a qual permitirá a construção de série histórica consistente para acompanhamento contínuo da eficiência operacional e da economicidade do modelo adotado.

2.9. Justificativa da Contratação

A contratação justifica-se pela necessidade de:

- garantir disponibilidade contínua de enxoval em condições adequadas;
- corrigir falhas estruturais e operacionais do modelo atual;
- implementar sistema efetivo de controle e rastreabilidade;
- assegurar conformidade sanitária;
- permitir gestão baseada em dados e indicadores.

Destaca-se que a conclusão pela insuficiência da estrutura própria não se baseia exclusivamente na existência física de equipamentos, mas na **análise integrada de:**

- funcionalidade real dos equipamentos;
- adequação sanitária;
- capacidade operacional;
- custo de recuperação;
- disponibilidade de recursos humanos;
- viabilidade de gestão eficiente.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Requisitos Gerais do Serviço

Os requisitos da presente contratação foram definidos com base na análise das inconformidades verificadas na execução contratual vigente, notadamente: (i) divergências entre o peso processado e o efetivamente entregue; (ii) inconsistências na devolução de peças; (iii) elevados índices de reprocessamento; (iv) fragilidades nos mecanismos de controle e rastreabilidade do enxoval; e (v) indisponibilidade operacional de peças em quantidade adequada para atendimento da demanda assistencial.

Nesse contexto, a modelagem proposta busca não apenas assegurar a execução do serviço de processamento de roupas hospitalares, mas garantir a efetiva disponibilidade operacional do enxoval em condições adequadas de uso, segurança sanitária e regularidade assistencial, incorporando mecanismos estruturados de controle, rastreabilidade, mensuração de desempenho e responsabilização, de forma a mitigar as falhas identificadas e evitar a sua reprodução.

1.1 Requisitos Gerais do Serviço

Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada em lavanderia hospitalar, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente.

A contratação deverá assegurar a disponibilidade contínua de enxoval hospitalar em quantidade suficiente e em condições adequadas de uso, não se limitando à mera execução do serviço de processamento, mas garantindo o abastecimento regular das unidades assistenciais.

A vigência contratual será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente. Tal prazo se justifica em razão dos investimentos iniciais relevantes necessários à execução do objeto, especialmente relacionados à disponibilização de enxoval, estrutura logística, mobilização operacional e implementação de sistemas de rastreabilidade, os quais possuem prazo de amortização incompatível com contratos de curta duração. A vigência estendida contribui para a redução de custos unitários, ampliação da competitividade, mitigação de riscos de descontinuidade e maior estabilidade na prestação dos serviços.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA VIGÊNCIA CONTRATUAL DE 30 MESES

A definição da vigência inicial de 30 (trinta) meses decorre de avaliação técnica, operacional e econômica da natureza do objeto, considerando os investimentos iniciais necessários à implantação da solução integrada de gestão, locação, processamento e rastreabilidade do enxoval hospitalar.

A solução proposta exige elevado esforço de mobilização operacional e investimentos relevantes por parte da futura contratada, dentre os quais destacam-se:

- disponibilização inicial do parque de enxoval hospitalar compatível com a demanda da rede;
- aquisição e implantação de sistema informatizado de gestão;
- implantação da solução de rastreabilidade individualizada das peças;
- estruturação logística de coleta, transporte e distribuição;
- disponibilização de equipamentos operacionais e infraestrutura de processamento;
- treinamento de equipes;
- parametrização operacional e integração dos fluxos de controle.

Tais investimentos possuem característica predominantemente inicial (upfront cost), demandando prazo contratual suficiente para amortização e diluição dos custos operacionais, sob pena de elevação artificial do preço unitário ofertado à Administração.

A adoção de vigência reduzida implicaria:

- aumento do custo mensal da contratação em razão da amortização acelerada dos investimentos;
- redução da atratividade econômica do certame;
- possível restrição da competitividade;
- maior risco de descontinuidade operacional;
- aumento da frequência de procedimentos licitatórios;
- perda de eficiência administrativa e operacional.

Além disso, a natureza continuada do serviço exige período mínimo de estabilização operacional para:

- consolidação dos fluxos logísticos;
- maturação dos mecanismos de rastreabilidade;
- formação de histórico confiável de indicadores;
- implementação gradual de ações de redução de perdas e evasão;
- adequação dos níveis de estoque e giro operacional.

A vigência de 30 meses mostra-se proporcional e compatível com contratos de natureza semelhante, especialmente em modelos que envolvem locação de enxoval, rastreabilidade e soluções tecnológicas integradas.

Importante destacar que a ampliação do prazo contratual não implica redução dos mecanismos de controle da Administração, uma vez que o modelo adotado incorpora:

- indicadores mensuráveis de desempenho;
- Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- mecanismos de glosa;
- aplicação de penalidades;
- fiscalização contínua;
- auditoria dos dados do sistema;

- possibilidade de rescisão contratual nas hipóteses de inexecução, desempenho insatisfatório ou descumprimento contratual;
- possibilidade de revisão estratégica do modelo durante a execução.

Desse modo, a vigência inicialmente fixada busca equilibrar:

- economicidade;
- competitividade;
- segurança operacional;
- continuidade assistencial;
- sustentabilidade econômico-financeira da execução;
- e flexibilidade administrativa para correção de desvios e preservação do interesse público.

1.2. Requisitos Técnicos e Operacionais

A solução deverá contemplar sistema informatizado de gestão e rastreabilidade individualizada do enxoval, por meio de tecnologia adequada (como RFID ou equivalente), capaz de assegurar o monitoramento contínuo das peças ao longo de todo o fluxo operacional, desde a coleta até a devolução.

O sistema de rastreabilidade deverá permitir o acompanhamento individualizado de cada peça do enxoval ao longo de todo o fluxo operacional, assegurando transparência, confiabilidade dos dados, controle de perdas, identificação de responsabilidades e suporte à tomada de decisão.

O sistema deverá permitir:

- identificação individual de cada peça;
- registro automatizado de movimentações;
- controle da vida útil do enxoval;
- mensuração de perdas e extravios;
- geração de relatórios gerenciais.

A contratada deverá dispor de instalações adequadas, com separação entre áreas limpas e sujas, fluxos unidirecionais, barreiras de descontaminação e demais requisitos sanitários, contemplando todas as etapas do processamento: recepção, separação, lavagem, desinfecção, secagem, passadoria, embalagem, armazenagem e distribuição.

Deverá assegurar logística eficiente, com coleta e entrega diária do enxoval, utilizando veículos exclusivos e adequados para transporte de roupas sujas e limpas.

O modelo contratual deverá prever quantitativos mínimos de enxoval por tipo de peça, níveis mínimos de estoque e critérios objetivos de reposição, considerando consumo, vida útil e índices de perda.

Deverá ser apresentado plano de contingência operacional, contemplando medidas para garantir a continuidade dos serviços em situações de falha ou indisponibilidade, inclusive com possibilidade de utilização complementar de estruturas existentes, quando aplicável.

1.3 Sustentabilidade

A licitante deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770/2012, que estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais como menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os materiais e produtos adquiridos e empregados na prestação de serviços devem prezar pela melhor relação custo-benefício, que atendam as determinações da legislação e órgãos tais como ANVISA, INMETRO e CONAMA quanto à composição e métodos de produção e, sempre que aplicável estejam, certificados quanto a rastreabilidade e origem sustentável dos insumos ou métodos produtivos que prezam pela responsabilidade ambiental.

Atender as diretrizes de sustentabilidade dispostas no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, alterado pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, e os critérios elencados na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Exercer as boas práticas em processamento de produtos de saúde em conformidade com Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa, bem como a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde conforme a Resolução 358/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222 /2018 – Anvisa.

Exercer as boas práticas ambientais na gestão de suprimentos e insumos diversos envolvidos na prestação dos serviços alinhada com as normas da ISO 14001 (norma internacional que estabelece os requisitos para um sistema de gestão ambiental (SGA)).

A licitante deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, tendo como referência o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP- 6ª, Edição.

1.4 Exigências Documentais, Técnicas e Operacionais.

A licitante deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato ou nos prazos estabelecidos em cada item, a seguinte documentação:

Declaração de Barreira Anti-Infecção Cruzada, firmada pelo representante legal da empresa, atestando o cumprimento da Portaria do Ministério da Saúde nº 196/83 quanto à existência e funcionamento da “Barreira de Descontaminação”, bem como a apresentação de Laudo de Atividade Antimicrobiana do desinfetante/sanitizante utilizado no processamento da roupa hospitalar, comprovando sua eficácia contra os microrganismos *Staphylococcus aureus*, *Salmonella choleraesuis* e *Pseudomonas aeruginosa*.

Procedimento Operacional Padrão da lavanderia, junto com a relação de máquinas e equipamentos, gramatura dos tecidos (ABNT), laudos de ensaio vigentes e uso dos carros para roupa limpa e suja.

O procedimento deverá adentrar a logística de produção, informando desde o recebimento até o envio, incluindo rotinas, uso adequado de produtos, estrutura física e proteção do trabalho contra riscos biológicos, conforme o Manual de Lavanderia do Ministério da Saúde.

Será exigido Procedimento Operacional Padrão da lavanderia da operação, em até 30 dias contados da assinatura do contrato, deve ser o específico da operação da secretária contendo organograma, quadro de pessoal, qualificação, atribuição, jornada de trabalho.

Certificado de Vistoria de Veículo, emitido por autoridade sanitária competente, para os veículos utilizados no transporte de roupas sujas.

Possuir comprovante, emitido por empresa do ramo, de manutenção preventiva e corretiva dos veículos e equipamentos, incluindo os dosadores de solução química utilizados no processamento do enxoval;

Certificado de Regularidade do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente, dentro do prazo de validade em nome do licitante;

Plano de Contingência para os Serviços de Processamento de Roupas com Locação e Gestão de Enxoval, a ser apresentado em até 30 dias após o início do contrato.

Amostras do Enxoval, de cada item, com laudos dos testes de conformidade dos tecidos com as normas da ABNT.

Laudos dos Testes de Conformidade dos Tecidos com as Normas ABNT, a ser apresentado nas amostras e semestralmente para enxoval cirúrgico e anualmente para enxoval de hotelaria. Testes de durabilidade dos tecidos; testes de pH de produtos e da água (semestralmente). Pode ser solicitado laudo de controle microbiológico dos veículos de transporte de roupa limpa.

Relatório Assinado por Químico Responsável, com resultados dos testes de pH de produtos e da água utilizados no processamento (mensalmente).

Laudo Técnico dos Testes Bacteriológicos, do meio ambiente e da água de abastecimento da lavanderia; testes de durabilidade dos tecidos; testes de pH de produtos e da água (semestralmente). Pode ser solicitado laudo de controle microbiológico dos veículos de transporte de roupa limpa.

Balança Eletrônica com Laudo de Aferição Inicial, emitido por empresa especializada e certificada pelo INMETRO. A Contratada será responsável pela revalidação (aferição e calibração) periódica dos laudos do INMETRO, devendo garantir que a validade dos mesmos seja mantida após a instalação inicial, durante toda a execução do contrato.

Lista de Fornecedores, Produtos e Marca utilizados, com fichas técnicas assinadas pelo químico responsável, contendo todas as informações técnicas e de segurança, tais como: composição, modo, dosagem e precauções de uso.

Apresentar Registro dos produtos saneantes domissanitários utilizados para o processamento do enxoval hospitalar, ou notificação ou dispensa do registro dos mesmos, emitidos pelo Ministério da Saúde/ANVISA, devendo constar a validade (dia/mês/ano).

Constituição de Certificação de Qualidade e Sustentabilidade da Lavanderia, junto a instituições de avaliação externa no prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado mediante justificativa comprovada, sendo essa uma condição anual que deve ser verificado para prorrogação do contrato;

A contratada deverá elaborar, implementar e manter atualizado o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), nos termos das Normas Regulamentadoras nº 1 e nº 9 do Ministério do Trabalho e Emprego, em substituição e/ou integração ao antigo PPRA, contemplando todos os riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, psicossociais e de acidentes inerentes às atividades de lavanderia hospitalar.

A contratada deverá elaborar, implementar e manter atualizado o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), nos termos da Norma Regulamentadora nº 07 (NR-07), aprovado pela Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, contemplando obrigatoriamente a realização de exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais, bem como o acompanhamento clínico e epidemiológico da saúde dos trabalhadores.

A contratada deverá elaborar, implementar e manter atualizado o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), em conformidade com a Resolução RDC nº 222/2018 da ANVISA, a Resolução CONAMA nº 358/2005, bem como demais normas sanitárias, ambientais e trabalhistas aplicáveis.

A contratada deverá apresentar, implementar e manter atualizado o seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA), em conformidade com as normas ambientais brasileiras aplicáveis, notadamente a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), a Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como, sempre que aplicável, a norma ABNT NBR ISO 14.001/2015, ou outra equivalente que venha a substituí-lo.

A contratada deverá apresentar o Manual de Procedimentos da Lavanderia, juntamente com todos os POPs (procedimentos operacionais padrão) referentes a operação da prestação dos serviços.

A contratada ou seus dirigentes, não poderão ter sido condenados por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

Caso a execução dos serviços de lavanderia hospitalar envolva a utilização de caldeira, a contratada deverá manter atualizado o registro da caldeira, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 13 (NR-13) – Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações, aprovada pela Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como suas atualizações.

Declaração de Sustentabilidade Ambiental, assinada por seu representante legal, nos termos do artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, comprometendo-se a receber, sem ônus para a Administração, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis decorrentes da execução contratual, responsabilizando-se por dar-lhes a destinação final adequada, em conformidade com a legislação ambiental vigente, assegurando o tratamento correto de dejetos e resíduos.

Observar conduta adequada na utilização dos produtos químicos, materiais e equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação de serviços.

Justificativas para tais exigências:

A exigência do “Laudo de atividade antimicrobiana do desinfetante/sanitizante” a ser utilizado no processamento de roupas hospitalares encontra respaldo legal no Manual de Lavanderia da ANVISA/1986 e sua versão atualizada (Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos – 2009) e na RDC nº 14 de 2007 da ANVISA. O Manual de Lavanderia da ANVISA/1986 e sua versão atualizada (Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos – 2009) definem lavagem como sendo o processo que consiste na eliminação da sujeira fixada na roupa, deixando-a com aspecto e cheiro agradáveis, nível bacteriológico reduzido ao mínimo e confortável para o uso. Destaca ainda que a eficiência do ciclo de lavagem não está apenas na eliminação da sujeira, mas também na destruição do grande número de microrganismos presentes na roupa. A RDC/Anvisa nº 14/07 classifica como produto de ação microbiana de uso específico o sanitizante/desinfetante para roupas hospitalares – produto destinado à eliminação ou redução de microrganismos em roupas utilizadas em hospitais e estabelecimentos relacionados à saúde, podendo ser utilizado para pré-tratamento ou para o emprego durante o ciclo de lavagem.

Essa resolução também determina que, para o registro desses produtos, a empresa deve comprovar a eficácia contra *Staphylococcus aureus*, *Salmonella choleraesuis* e *Pseudomonas aeruginosa*.

A exigência do “Procedimento Operacional Padrão da Lavanderia – POP”, do “Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO” e do “Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)” encontra respaldo legal na RDC nº 06 de 2012 da ANVISA, na NR 01 de janeiro de 2022 e cartilha VIGILÂNCIA SANITÁRIA E LICITAÇÃO PÚBLICA, emitida pela ANVISA em julho de 2013. Em seu Art. 18, a RDC nº 06 de 2012 diz que “A unidade de processamento de roupas de serviços de saúde deve possuir normas e rotinas padronizadas e atualizadas de todas as atividades desenvolvidas, que devem estar registradas e acessíveis aos profissionais envolvidos e às autoridades sanitárias”.

Na cartilha VIGILÂNCIA SANITÁRIA E LICITAÇÃO PÚBLICA, a ANVISA recomenda que o Serviço de Lavanderia “apresente o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional –PCMSO”, “o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)”, e que “elabore um Manual de Normas e Rotinas Técnicas com o detalhamento dos itens relativos à limpeza, desinfecção, biossegurança e demais procedimentos pertinentes ao serviço”.

1.5 Normas de saúde e segurança.

A Contratada deverá manter, durante todo o período de execução contratual:

Observância integral do Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde da ANVISA (2009) e da Resolução RDC nº 6/2012;

Implementação de práticas que contribuam efetivamente para a prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS);

Práticas para prevenção de IRAS, incluindo coleta em sacos resistentes, transporte em veículos exclusivos, classificação por sujidade sem contagem manual, ciclos de lavagem (umectação, pré-lavagem, alvejamento, enxágues, acidulação) e testes microbiológicos/pH periódicos.

Submissão às inspeções e auditorias dos órgãos de vigilância sanitária competentes.

Implementação e manutenção do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR - NR-1/NR-9) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO - NR-7);

Fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários aos colaboradores e verificação de uso;

Treinamentos periódicos sobre prevenção de infecção, manuseio de agentes químicos e biológicos, e segurança ocupacional.

Manutenção de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), conforme RDC nº 222/2018 da ANVISA e Resolução CONAMA nº 358/2005;

Posse das licenças ambientais exigidas pelos órgãos competentes;

Adoção de medidas de uso racional de água e energia, tratamento adequado de efluentes e utilização de produtos biodegradáveis;

Obtenção de Certificação de Qualidade e Sustentabilidade da Lavanderia junto a instituições externas de avaliação, no prazo de 12 meses.

1.6 Referências Normativas

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
- A realização do objeto deverá obedecer rigorosamente às normas e legislações específicas listadas abaixo, bem como outras que sejam pertinentes ao escopo da contratação:
- Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 – Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências;
- Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 – Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências;
- Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005 – Dispõe sobre a Norma Regulamentadora 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Assistência à Saúde;
- Instrução Normativa – SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços;
- RDC nº 06, de 30 de janeiro de 2012, que dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde;
- A NBR 13734 de 12/2016 - Produtos têxteis para a saúde, Características e lençóis, fronha e pijama hospitalar estabelece os requisitos para fabricação de tecidos hospitalares e padroniza as dimensões dos artigos obtidos a partir deles. Esta norma se aplica aos seguintes artigos: lençóis, fronha e pijama;
- A NBR 16064 estabelece os requisitos e métodos de ensaio para aventais e campos cirúrgicos de uso único e reutilizáveis, utilizados como dispositivos médicos para pacientes, equipe clínica e equipamentos.
- Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da ANVISA (2009); e
- RDC 222 de 23 de março de 2018, que Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.
- Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- As normas mencionadas não excluem outras reconhecidas que assegurem qualidade igual ou superior ao determinado por elas, desde que o proponente cite em sua proposta as partes ou normas aplicáveis.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Apoio Operacional	Rosana Mara Mundim Tomaz de Carvalho

5. Levantamento de Mercado

1. Análise das Práticas de Mercado

- 1.1. A elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar contemplou levantamento abrangente de práticas adotadas por órgãos públicos, hospitais universitários e redes assistenciais no Brasil, com foco na prestação de serviços de processamento de enxoval hospitalar, incluindo modelos com locação de peças e gestão informatizada, com o objetivo de identificar soluções aderentes aos requisitos sanitários, operacionais, econômicos e de governança.
- 1.2. O mercado de lavanderia hospitalar apresenta-se consolidado, com a atuação de empresas especializadas que ofertam soluções completas, incluindo processamento, fornecimento de enxoval, logística e sistemas informatizados de controle, com capacidade de atendimento em larga escala e observância das normas sanitárias vigentes.

1.3. Destacam-se no setor companhias com atuação nacional e internacional, que possuem estrutura industrial robusta, tecnologia embarcada e cobertura territorial ampliada, evidenciando a maturidade e competitividade do mercado.

2. Modelos de Prestação Identificados

2.1. A análise de mercado identificou três principais modelos operacionais:

a) Lavanderia interna própria:

Processamento realizado nas dependências do hospital, com utilização de estrutura física, equipamentos e mão de obra da própria Administração.

b) Lavanderia externa simples:

Terceirização apenas do processamento das roupas, permanecendo sob responsabilidade da Administração a aquisição, controle, reposição e gestão do enxoval.

c) Lavanderia externa com locação integrada (regime de pool):

Modelo que combina processamento terceirizado com fornecimento do enxoval, incluindo rastreabilidade individualizada, reposição automática e gestão informatizada de todo o ciclo das peças.

3. Tecnologias e Práticas Operacionais Observadas

3.1. As práticas usuais identificadas no setor revelam elevado grau de maturidade tecnológica e operacional, destacando-se:

- utilização de sistemas de rastreabilidade baseados em RFID (Radio Frequency Identification) ou códigos de barras;
- monitoramento em tempo real do fluxo do enxoval;
- controle automatizado de perdas, reprocessamentos e vida útil das peças;
- uso de túneis de lavagem, secadores industriais e sistemas automatizados;
- implementação de barreiras contra infecção cruzada;
- adoção de ferramentas de gestão como Activity-Based Management (ABM).

3.2. No campo das inovações tecnológicas, destacam-se:

- sistemas de gestão em nuvem com acesso em tempo real;
- dispositivos de leitura remota sem contato;
- relatórios automatizados de consumo, perdas e desempenho;
- controle de acesso e rastreabilidade plena das informações.

4. Conformidade Normativa e Sustentabilidade

4.1. As soluções de mercado observam as normas sanitárias e regulatórias aplicáveis, especialmente:

- RDC nº 6/2012 e RDC nº 222/2018 da ANVISA;
- Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde;
- Normas Regulamentadoras (NR-1, NR-7 e NR-9).

4.2. No aspecto ambiental, destacam-se:

- sistemas de tratamento de efluentes;
- uso racional de água e energia;
- utilização de produtos biodegradáveis;
- certificações ambientais e de qualidade.

5. Experiências no Setor Público (Benchmarking)

5.1. A análise de contratações públicas demonstrou a adoção consolidada do modelo de terceirização integrada com locação e rastreabilidade do enxoval hospitalar.

5.1.2. Destacam-se as seguintes experiências:

a) Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal

O IGESDF, responsável pela gestão de unidades estratégicas de saúde no Distrito Federal (como Hospital de Base, Hospital de Santa Maria, UPAs e Hospital Cidade do Sol), adota modelo de terceirização completa com locação de enxoval e rastreabilidade informatizada.

O contrato contempla fornecimento, higienização, logística e controle das peças, com definição de quantitativos mínimos, controle de evasão e monitoramento da vida útil, garantindo regularidade operacional e suporte à fiscalização.

b) Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Rede de Hospitais Universitários

Hospitais como o HUB-UnB, HU-UFSC, HULW (PB) e HUPAA (AL) utilizam modelo integrado com rastreabilidade informatizada, permitindo acompanhamento em tempo real da circulação de peças, perdas por unidade e necessidade de reposição.

A gestão contratual inclui relatórios periódicos, indicadores de desempenho e auditorias operacionais.

c) Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HU-UFMA)

No âmbito do Pregão Eletrônico nº 0494/2020, foi contratada solução integrada com locação de enxoval, incluindo processamento completo, logística e sistema informatizado de controle, com geração de relatórios e indicadores de desempenho.

d) Secretarias Estaduais de Saúde (São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Paraná)

Esses entes migraram da execução direta para o modelo terceirizado integrado, motivados por ineficiência operacional, elevado custo de manutenção e dificuldades de controle no modelo próprio.

e) Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA/PR)

Adotou modelo com locação em regime de pool, controle informatizado e responsabilidade da contratada pelo dimensionamento, reposição e gestão do enxoval, após experiências insatisfatórias com modelos anteriores.

f) Secretaria Municipal de Saúde de Aracruz/ES

Por meio do Edital SRP S046/2023, contratou serviços de lavanderia hospitalar com locação de enxoval e sistema de rastreamento, incluindo coleta, entrega e controle informatizado, resultando em maior disponibilidade e redução de perdas.

5.1.3. As experiências analisadas evidenciam que o modelo integrado:

- aumenta a disponibilidade do enxoval;
- reduz perdas e extravios;
- melhora o controle operacional;
- fortalece a governança e a fiscalização contratual.

6. Análise Comparativa das Alternativas

6.1. A avaliação comparativa considerou critérios técnicos, operacionais, econômicos e de risco, com base em evidências de mercado e experiências práticas.

6.1.1. Execução Direta

- Elevado custo estrutural e operacional;
- Necessidade de equipe especializada;
- Risco de descontinuidade;
- Histórico de ineficiência e subutilização de ativos;
- Fragilidade de controle e rastreabilidade.

6.1.2. Terceirização Parcial

- Manutenção das fragilidades de controle;
- Custos adicionais com reposição;
- Risco de desabastecimento;
- Dificuldade de padronização e gestão.

6.1.3. Modelo Integrado com Locação

- Transferência de responsabilidade operacional;
- Garantia de disponibilidade contínua;
- Reposição automática e padronização;
- Rastreamento integral das peças;
- Redução de perdas e melhoria da governança.

7. Alinhamento com as Fragilidades Identificadas

7.1 As inconformidades verificadas na execução atual — tais como divergências de peso, falhas na devolução, reprocessamentos e inconsistências de controle — estão diretamente associadas à ausência de rastreabilidade efetiva e de mecanismos estruturados de governança.

7.2. O modelo integrado com rastreabilidade informatizada demonstra aderência direta à mitigação dessas falhas, ao possibilitar:

- controle individualizado das peças;
- rastreamento completo do fluxo;
- identificação de responsabilidades;
- monitoramento de perdas e reprocessamentos;
- geração de dados confiáveis para tomada de decisão.

8. Análise de Riscos

8.1. A avaliação dos modelos identificou os seguintes riscos principais:

- **Execução direta:** descontinuidade, ineficiência e custos elevados;
- **Terceirização parcial:** perdas, falhas de controle e custos adicionais;
- **Modelo integrado:** dependência do fornecedor.

8.2. Para o modelo integrado, são previstas medidas mitigadoras, como:

- acesso irrestrito aos dados do sistema;
- auditoria e validação das informações;
- definição de indicadores de desempenho;
- mecanismos de glosa e penalização;
- plano de contingência operacional.

9. Análise Econômica e de Eficiência

9.1. Ressalta-se que o modelo proposto atua diretamente sobre as causas estruturais das ineficiências observadas na execução atual — notadamente perdas, extravios, falhas de controle e reprocessamentos —, promovendo maior disponibilidade operacional, controle patrimonial e racionalização do uso dos recursos públicos.

9.2. O modelo integrado apresenta ganhos econômicos e operacionais, tais como:

- eliminação de custos de aquisição e reposição direta;
- redução de despesas com manutenção e operação;
- previsibilidade orçamentária;
- otimização do uso de recursos.

9.3. Evidências de mercado indicam:

- redução de perdas de enxoval;
- aumento da disponibilidade;
- melhoria do giro e controle das peças;
- maior eficiência na gestão.

9.4. Análise Comparativa de Custo Total entre os Modelos de Prestação do Serviço

9.4.1. Premissas e Metodologia

9.4.1.1. A presente análise tem por objetivo demonstrar o custo total efetivo dos modelos avaliados, considerando não apenas o valor nominal do serviço de processamento, mas também os custos indiretos associados à gestão do enxoval hospitalar, notadamente reposição por desgaste, perdas operacionais e ressarcimentos contratuais.

9.4.1.2.

Para a presente análise comparativa, foram adotadas as seguintes premissas objetivas:

- Volume estimado de processamento: **767.640 kg/mês (TR)**;
- Custo atual do processamento (sem locação): **R\$ 4,28/kg**;
- Custo estimado do novo modelo (com locação + rastreabilidade): **R\$ 8,98/kg**;
- Percentual médio de perdas do enxoval no mercado: **3% ao mês**;
- Vida útil média das peças: **6 meses**;
- Valores unitários das peças: **R\$ 41,50**, conforme **ARP nº 117/2023**;
- **Peso médio estimado das peças: 0,5 kg/unidade** (*premissa técnica conservadora, apenas para viabilizar equivalência entre kg processado e nº de peças*);
- Previsão de ressarcimento no novo modelo: até **R\$ 206.802,22/mês** (condicional).

9.4.1.3. Ressalta-se que, diante da ausência de dados consolidados sobre o consumo mensal por tipo de peça, a presente análise adota metodologia conservadora, com foco na **comparação estrutural dos custos**, sem extrapolações indevidas.

9.4.2. Custo do Modelo Atual (Sem Locação de Enxoval)

9.4.2.1. No modelo vigente, a Administração arca separadamente com:

- Processamento do enxoval;
- Aquisição e reposição contínua das peças;
- Custos indiretos associados à perda de controle, extravio e reprocessamentos.

a) Custo de Processamento

$767.640\text{kg/mês} \times \text{R\$}4,28/\text{kg} = \text{R\$}3.285.499,20/\text{mês}$

Custo anual: R\$39.425.990,40

b) Estimativa de Utilização de Peças

Conversão kg → peças:

$767.640 \div 0,5 = 1.535.280$ peças/mês

c) Custo de Reposição do Enxoval no Modelo Atual

Reposição por desgaste (vida útil)

- Reposição semestral → 2 vezes ao ano
- $1.535.280 \times 2 = 3.070.560$ peças/ano

Reposição por perdas (3% ao mês)

$3\% \times 12 = 36\%$ ao ano

$1.535.280 \times 36\% = 552.700$ peças/ano

Total de reposição anual

$3.070.560 + 552.700 = 3.623.260$ peças/ano

d) Custo anual de reposição

$3.623.260 \times \text{R\$}41,50 = \text{R\$}150.366.290,00$

Custo mensal estimado: R\$12.530.524,17

A Administração não possui controle preciso do estoque circulante, nem rastreabilidade por peça, o que impede mensuração exata do custo real de reposição — sendo este, atualmente, um custo difuso, não gerenciado e potencialmente subestimado.

Custo Total do Modelo Atual

a) Processamento

$767.640 \times 4,28 = \text{R\$}3.285.499,20/\text{mês}$

b) Custo total

$\text{R\$}3.285.499,20 + \text{R\$}12.530.524,17 = \text{R\$}15.816.023,37/\text{mês}$

Custo anual: R\$189.792.280,44

9.4.3. Custo do Novo Modelo (Com Locação e Rastreabilidade)

a) Custo de Processamento + Locação

$767.640 \text{ kg/mês} \times \text{R\$}8,98/\text{kg} = \text{R\$}6.892.807,20/\text{mês}$

Custo anual: R\$82.713.686,40

b) Custo Potencial de Ressarcimento por Extravio

Valor máximo previsto: R\$206.802,22/mês

Custo anual máximo: R\$ 2.481.626,64

c) **Custo Total do Novo Modelo (Cenário Conservador)**

R\$6.892.807,20+R\$206.802,22=R\$7.099.609,42/mês

Custo anual total: R\$85.195.313,04

Item	Modelo Atual	Modelo Proposto
Processamento	R\$ 3,28 mi	Incluído
Reposição enxoval	R\$ 12,53 mi	Incluído
Perdas	Não controladas	Controladas
Ressarcimento	Não previsto	Até R\$ 206 mil
Total mensal	R\$ 15,81 mi	R\$ 7,09 mi

9.4.4. **Síntese Conclusiva – Vantagens Técnicas e Econômicas do Modelo Proposto**

A análise comparativa realizada evidencia que a adoção do modelo de **prestação integrada de serviços de processamento de roupas hospitalares com locação de enxoval em regime de pool e gestão informatizada com rastreabilidade individualizada** representa solução mais eficiente, segura e economicamente vantajosa em relação ao modelo atualmente adotado.

Sob a perspectiva **econômica**, verifica-se que o modelo vigente apresenta um custo apenas aparentemente reduzido, uma vez que considera exclusivamente o valor do processamento por quilograma, desconsiderando componentes relevantes da despesa pública, como a aquisição contínua de enxoval, a reposição por desgaste, as perdas operacionais e os extravios. A partir da metodologia baseada no estoque circulante e nas taxas médias de reposição, demonstrou-se que esses custos, embora difusos e não controlados, possuem impacto financeiro significativo, elevando substancialmente o custo global da operação. Em contraste, o modelo proposto consolida todos esses elementos em uma única contratação, tornando o custo **explícito, previsível e gerenciável**, além de transferir à contratada a responsabilidade integral pela reposição, manutenção e disponibilidade do enxoval.

Ainda no aspecto econômico, destaca-se a **transferência de riscos operacionais** para a contratada, especialmente no que se refere à reposição de peças, variação de custos de insumos e necessidade de manutenção de estoque mínimo. A previsão contratual de ressarcimento por extravio, limitada e condicionada à apuração objetiva, reforça a adequada alocação de riscos, ao mesmo tempo em que incentiva o controle e a redução de perdas. Ademais, a eliminação da necessidade de aquisições periódicas de enxoval reduz a fragmentação das despesas e os custos administrativos associados a múltiplos processos de compra.

Do ponto de vista **técnico-operacional**, o modelo proposto promove uma mudança estrutural na gestão do enxoval hospitalar, substituindo um sistema fragmentado e de baixa rastreabilidade por uma solução integrada, baseada em tecnologia e dados. A implantação de sistema informatizado com rastreabilidade individualizada das peças permite o monitoramento em tempo real de todo o ciclo do enxoval — desde a coleta até a redistribuição — assegurando maior confiabilidade das informações, transparência das movimentações, controle efetivo de perdas e definição objetiva de responsabilidades. Essa capacidade de monitoramento contínuo viabiliza a atuação mais eficiente da fiscalização contratual e fortalece a governança da contratação.

A rastreabilidade também contribui diretamente para a **redução de desperdícios e extravios**, ao possibilitar a identificação de pontos críticos no fluxo operacional e a adoção de medidas corretivas baseadas em evidências. Além disso, a disponibilização de relatórios gerenciais e indicadores de desempenho permite à Administração acompanhar o consumo, o giro do enxoval, a vida útil das peças e os níveis de estoque, subsidiando a tomada de decisão e o planejamento estratégico.

Outro aspecto relevante refere-se à **garantia de disponibilidade contínua do enxoval**, elemento essencial para o adequado funcionamento das unidades assistenciais. No modelo atual, a ausência de controle efetivo e a dependência de aquisições periódicas expõem a Administração a riscos de desabastecimento, especialmente em cenários de aumento de demanda. Já o modelo de locação em regime de pool assegura a manutenção de estoque técnico adequado, com reposição automática e capacidade de resposta rápida a variações operacionais, garantindo regularidade e continuidade do serviço.

No campo da **segurança sanitária**, o modelo proposto assegura maior conformidade com as normas aplicáveis, ao exigir da contratada a adoção de processos padronizados, controle rigoroso de qualidade e utilização de infraestrutura adequada ao processamento de roupas hospitalares. A centralização das atividades em operador especializado reduz o risco de falhas operacionais, reprocessamentos indevidos e contaminação cruzada, contribuindo para a segurança do paciente e dos profissionais de saúde.

Adicionalmente, a solução proposta apresenta ganhos em termos de **eficiência administrativa**, ao permitir que a Administração concentre seus esforços nas atividades finalísticas de assistência à saúde, reduzindo a necessidade de gestão direta de insumos, estoques e processos operacionais complexos. A

simplificação da gestão contratual, aliada à padronização dos procedimentos e à utilização de indicadores de desempenho, contribui para maior efetividade na execução do contrato.

Por fim, destaca-se que o modelo está alinhado às **boas práticas adotadas no setor público**, sendo amplamente utilizado por instituições de saúde que demandam alto nível de controle, disponibilidade e qualidade na gestão de enxoval hospitalar. A solução também atende às recomendações dos órgãos de controle, ao incorporar mecanismos de rastreabilidade, transparência, gestão de riscos e mensuração de resultados.

Diante do exposto, conclui-se que a adoção do modelo integrado com locação e rastreabilidade não apenas promove **melhor relação custo-benefício sob a ótica do custo global**, como também eleva o nível de **governança, eficiência operacional e segurança assistencial**, configurando-se como a alternativa mais adequada para atendimento das necessidades da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

A solução para atendimento da necessidade de processamento e gestão do enxoval hospitalar consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de lavanderia hospitalar em modalidade externa, com locação integral do enxoval (modalidade pool) e gestão informatizada do ciclo de vida das peças, incluindo sistema de rastreabilidade por radiofrequência (RFID) ou tecnologia similar.

A solução foi estruturada com base em levantamento de mercado, benchmarking com contratações públicas similares e análise de viabilidade técnica e econômica, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e gestão por resultados, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Modelo da Solução

O modelo de contratação integrada abrange de forma completa todo o ciclo de vida do enxoval hospitalar, compreendendo:

Fornecimento: Locação de todo o enxoval necessário, nas quantidades e especificações adequadas a cada perfil assistencial;

Coleta: Retirada sistemática da roupa suja nas unidades hospitalares, conforme cronograma estabelecido;

Transporte: Movimentação segura das roupas entre as unidades hospitalares e a planta industrial, observando normas de biossegurança;

Processamento: Higienização, desinfecção e acabamento em instalações industriais especializadas;

Distribuição: Entrega da roupa limpa e sua distribuição controlada dentro das unidades hospitalares;

Gestão: Controle informatizado integral do ciclo, incluindo rastreabilidade, inventário e relatórios gerenciais.

Inclui-se, ainda, a responsabilidade integral da CONTRATADA pelo dimensionamento contínuo do enxoval, com base no consumo real apurado por meio do sistema informatizado, garantindo aderência dinâmica à demanda assistencial.

Esta abordagem integrada visa superar as limitações de modelos fragmentados, nos quais a responsabilidade por diferentes etapas é dividida entre múltiplos fornecedores, simplificando a gestão contratual, melhorando o controle de qualidade e incentivando a incorporação de inovações tecnológicas.

Adicionalmente, o modelo reduz assimetria de informação entre contratante e contratada, amplia a capacidade de fiscalização por indicadores objetivos e promove maior previsibilidade orçamentária.

Requisitos Técnicos e Operacionais Mínimos

O processamento e a higienização do enxoval hospitalar deverão observar de forma estrita as diretrizes do Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde da ANVISA (2009) e da Resolução RDC nº 6/2012, assegurando padrões técnico-sanitários compatíveis com a criticidade do ambiente hospitalar.

Deverá ser assegurada a rastreabilidade completa dos processos, permitindo auditoria técnica, sanitária e contratual a qualquer tempo.

Entre os requisitos mínimos, destacam-se:

-a separação correta das roupas conforme o grau de sujidade (leve ou pesada);

- a aplicação de ciclos de lavagem completos e adequados ao tipo de contaminação identificada e;

- a utilização exclusiva de produtos saneantes devidamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, de modo a garantir segurança, qualidade e conformidade regulatória em todo o processo.

A infraestrutura da contratada deverá atender a requisitos técnicos e sanitários rigorosos, compreendendo, obrigatoriamente:

- planta industrial equipada com barreira de contaminação física que assegure a separação entre área suja e área limpa;

- utilização de lavadoras de dupla porta, de modo a prevenir qualquer risco de contaminação cruzada;

- licenças sanitárias e ambientais vigentes, incluindo o Alvará Sanitário de Funcionamento e a Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental competente, bem como manter suas instalações em plena conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ANVISA e da ABNT, garantindo segurança, regularidade e qualidade na prestação dos serviços.

A CONTRATADA deverá manter evidências documentais atualizadas dessas condições, disponíveis para fiscalização contratual e auditorias internas e externas.

Gestão do Enxoval e Responsabilidade Integral

A locação e a qualidade do enxoval deverão ser integralmente asseguradas pela contratada, mediante:

- o fornecimento de peças em perfeitas condições de uso, com responsabilidade pela renovação e reposição contínua do acervo;

- a reposição de forma automática em casos de desgaste natural, danos ou evasão, respeitados os limites contratuais previamente estabelecidos

- dimensionamento do enxoval de modo a cobrir todas as etapas do ciclo operacional — incluindo peças em uso, em processamento, em transporte, em descanso e a margem de segurança necessária —, garantindo, assim, a plena disponibilidade e a ausência de desabastecimento nas unidades hospitalares.

A responsabilidade pela suficiência do enxoval será integral da CONTRATADA, não sendo admitida justificativa de desabastecimento por falha de dimensionamento.

Sistema de Rastreabilidade e Governança

O sistema de rastreabilidade deverá ser obrigatoriamente implementado pela contratada, por meio de plataforma informatizada de gestão, preferencialmente baseada em tecnologia RFID, garantindo confiabilidade e precisão no controle do enxoval hospitalar. Esse sistema deverá contemplar, no mínimo:

- identificação individual das peças;

- monitoramento em tempo real da localização e movimentação das peças;

- controle completo dos ciclos de lavagem;

- inventário automatizado;

- emissão de relatórios gerenciais que permitam acompanhar indicadores de consumo, evasão e necessidades de reposição, assegurando transparência, eficiência e apoio à tomada de decisão pela Administração.

O sistema deverá permitir acesso integral à CONTRATANTE, com perfis diferenciados de usuário, garantindo transparência, rastreabilidade e suporte à fiscalização contratual.

Os dados gerados deverão ser armazenados de forma segura e íntegra, pelo prazo mínimo contratual, possibilitando auditoria retroativa.

A CONTRATADA deve guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, seguindo os parâmetros estabelecido pela LGPD.

Locação do Enxoval

A CONTRATADA deverá:

- fornecer todo o enxoval necessário à operação da unidade de saúde;

- assumir responsabilidade integral pelo ciclo têxtil;

- garantir de 4 a 6 trocas por leito, assegurando operação contínua sem desabastecimento;

- manter estoque mínimo circulante.

O dimensionamento do enxoval deverá ser tecnicamente justificado e validado durante a execução contratual, com base em indicadores de consumo, taxa de ocupação e perfil assistencial.

O quantitativo de trocas de enxoval por leito refere-se à periodicidade diária, podendo sofrer variações conforme a dinâmica assistencial da unidade, perfil do paciente e protocolos internos, sem prejuízo da continuidade e regularidade do serviço.

A CONTRATADA deverá fornecer enxoval em perfeitas condições de uso, sem desgastes, danos físicos ou defeitos de confecção.

A CONTRATADA deverá garantir conformidade com normas ABNT (gramatura, tecidos e confecção), Manual de Processamento de Roupas da ANVISA e RDC nº 6/2012.

A CONTRATADA deverá assegurar higienização que elimine riscos de contaminação cruzada, substâncias irritantes ou alérgicas.

A CONTRATADA deverá manter estoque mínimo circulante dimensionado para operação sem interrupções.

A CONTRATADA deverá garantir continuidade do serviço sem interrupções por falhas de estoque ou logística.

A CONTRATADA deverá manter padrões de qualidade constantes durante toda vigência contratual.

Para fins de obrigação contratual a implementação dos enxovais da Contratada deve ser realizada em até 90 dias, improrrogáveis, para toda a rede, contados a partir do início da prestação do serviço, assegurando a completa disponibilização do acervo têxtil necessário ao funcionamento regular das unidades de saúde.

A contar da assinatura do contrato, a empresa deverá em até 3 (três) dias úteis apresentar cronograma detalhado de fornecimento, contemplando as etapas de aquisição, recebimento, marcação ou chipagem, testes de rastreabilidade e distribuição às unidades.

Não será admitida roupa cirúrgica cerzada e/ou remendada.

Para fins de controle do ciclo, a contratada deverá manter a disponibilidade diária mínima de roupas com enxoval mínimo por unidade, podendo ser alterada periodicamente com base no consumo médio de roupas utilizadas.

O número de peças deverá, obrigatoriamente, manter a seguinte disponibilidade diária mínima:

01 conjunto ou peça limpa em uso;

01 conjunto ou peça sujo(a);

01 conjunto ou peça em fase de processamento;

01 conjunto ou peça na rouparia da unidade (estoque).

Caso necessário, a contratada deverá se responsabilizar pela inserção de mais de um conjunto a partir da execução do contrato.

As peças deverão possuir identificadores visuais que facilitem a identificação dos tamanhos, tipos e finalidade sem a manipulação da mesma, tais como viés de cores diferentes ou outros meios.

Deverá ser fornecida diariamente a quantidade mínima de peças especificadas neste instrumento.

Controle Operacional

Para fins de controle do ciclo:

- deve haver disponibilidade mínima por etapa do processo;
- deve existir contingente de segurança de 100%;

Os quantitativos deverão ser validados por meio do sistema de rastreabilidade, não sendo admitido controle exclusivamente manual como método principal.

Incorporação do Enxoval Existente da SES/DF

O enxoval atualmente existente nas unidades hospitalares da SES/DF será integralmente incorporado ao regime de pool administrado pela CONTRATADA, exclusivamente para fins de controle, rastreabilidade e gestão operacional, permanecendo sob propriedade da Administração.

A CONTRATADA fica obrigada a substituir totalmente o enxoval atualmente pertencente à SES/DF, incorporado conforme item anterior, por enxoval novo e próprio da CONTRATADA, observando as seguintes diretrizes:

toda a substituição deverá ocorrer no prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias, contados o início da prestação do serviço;

o enxoval existente permanecerá em uso apenas de forma transitória, como mecanismo de continuidade do serviço, sendo gradativamente retirado de circulação conforme a disponibilização do enxoval novo;

o enxoval substituído deverá ser segregado, identificado e devolvido à CONTRATANTE, acompanhado de relatório consolidado emitido pelo sistema informatizado de rastreamento, contendo data da baixa, tipologia das peças e motivação da substituição;

é vedada à CONTRATADA a reutilização, remanejamento, reparo ou redistribuição do enxoval antigo após sua retirada de circulação, salvo determinação expressa da CONTRATANTE;

a substituição integral do enxoval é condição essencial para garantir padronização, rastreabilidade plena, controle de vida útil, qualidade sanitária e conformidade normativa.

Durante o período de substituição:

o sistema de rastreabilidade deverá identificar de forma distinta o enxoval antigo e o novo, assegurando transparência e controle patrimonial;

as peças oriundas do enxoval existente somente poderão permanecer em uso se estiverem em condições técnico-sanitárias adequadas, sendo responsabilidade da CONTRATADA o processamento e a integral rastreabilidade das peças durante o período de transição;

eventual peça do enxoval antigo que não apresentar condições de uso deverá ser imediatamente retirada, registrada e devolvida à CONTRATANTE, sem prejuízo da obrigação de reposição pelo acervo novo da CONTRATADA.

Todo o processo de substituição deverá ser auditável, com registros sistematizados no sistema informatizado, garantindo rastreabilidade patrimonial e transparência na transição entre acervos.

Logística e Transporte

A CONTRATADA deverá realizar a coleta do enxoval sujo exclusivamente no Expurgo Central da unidade hospitalar, em local previamente designado pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA é integralmente responsável por toda a logística de coleta, transporte e entrega do enxoval, devendo seguir rigorosamente as normas de biossegurança e as diretrizes estabelecidas nesta cláusula para garantir a integridade das peças e prevenir a contaminação cruzada.

A CONTRATADA tem a obrigação de manter todos os veículos utilizados na prestação do serviço em perfeito estado de conservação e funcionamento, realizando as manutenções preventivas e corretivas necessárias. Os veículos devem ser novos ou estar em perfeitas condições de uso e de acordo com a Instrução Normativa DIVISA/SES nº38 de 16 de agosto de 2023.

Danos causados à roupa decorrentes de transporte inadequado serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá arcar com os custos de reposição.

Coleta e Transporte de Roupa Suja

Veículo Exclusivo: O transporte da roupa suja deverá ser realizado em veículo distinto e exclusivo para este fim. É vedada, em qualquer hipótese, a utilização do mesmo veículo para transportar simultaneamente roupas limpas e sujas.

Especificações do Veículo: O veículo destinado à roupa suja deve ser adaptado à natureza da carga, possuindo vedação que isole completamente o motorista do contato com a carga infectada e deve ser identificado externamente com o símbolo de resíduo infectante.

Acondicionamento: As roupas sujas devem ser manuseadas com o mínimo de agitação e acondicionadas em sacos hamper resistentes, que não se rompam durante o manuseio e transporte.

Transporte e Entrega de Roupa Limpa

Veículo Exclusivo e Higienizado: O transporte da roupa limpa deverá ser feito em veículo distinto, exclusivo e devidamente higienizado para evitar qualquer tipo de contaminação. O veículo deve possuir sua área de carga isolada da área do motorista.

Embalagem: Toda a roupa limpa deverá ser transportada devidamente embalada em sacos plásticos resistentes, transparentes e lacrados ou em outra embalagem que preserve sua qualidade e higiene, especialmente quando o processamento for externo.

Equipamentos de Entrega: A entrega na unidade hospitalar será feita em carrinhos exclusivos para roupa limpa, que podem ser do tipo fechado ou, caso a roupa esteja embalada, do tipo aberto (carro-prateleira ou gaiola).

A roupa limpa não deve ser transportada manualmente

Higienização dos Equipamentos: Todos os equipamentos de transporte, como carros e veículos, deverão passar por um processo de limpeza e desinfecção diário e sempre que necessário, conforme rotina documentada.

Separação

O recebimento e o acondicionamento da roupa suja na lavanderia devem obedecer aos procedimentos constantes no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da ANVISA (2009);

A separação de roupa deverá ser realizada por grau de sujidade, tipo de tecido e cor, conforme manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: prevenção e controle de riscos, ANVISA (2009). As categorias de separação para processamento da roupa suja são: Leve, pesada e super pesada e cirúrgica;

O profissional que executa a separação da roupa (na lavanderia) deve usar os EPIs conforme determina o Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da ANVISA (2009);

Para diminuir a contaminação dos profissionais e do ar, a roupa suja deve ser manuseada com o mínimo de agitação possível. Além disso, para evitar acidentes com objetos perfurocortantes inadvertidamente coletados, é recomendável puxar as roupas pelas pontas, cuidadosamente, sem apertar nem recolher várias peças de uma só vez;

A CONTRATADA deverá realizar registro de ocorrências de instrumentais cirúrgicos, perfuro cortante, resíduos e outros utensílios encontrados junto às roupas, recolher e identificar devidamente com as unidades/setores de origem, data e horário da coleta da roupa, de forma que permitam a correção do processo de trabalho pela área assistencial;

Essa área deve ser provida de um recipiente rígido, resistente à ação de punctura, com tampa vedante, para o descarte de material perfurocortante, e outro recipiente com capacidade de contenção de líquidos e que seja resistente à ruptura, para o descarte de material infectante, como peças anatômicas que porventura sejam encontradas junto com a roupa suja.;

Para a prevenção de infecções, deve ser realizada a higienização das mãos dos funcionários que realizam a separação seja realizada frequentemente;

A lavagem das vestimentas dos trabalhadores da coleta e da sala de recebimento de roupa suja deve ser realizada pela CONTRATADA.

Lavagem das roupas sujas nas dependências da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá utilizar o processo de lavagem conforme o estabelecido nos POPs constantes no Manual de Procedimentos da Lavanderia e presente no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da ANVISA (2009);

A CONTRATADA deverá realizar o acompanhamento do número de ciclos de lavagem de cada peça, para controle de sua vida útil. As peças deverão ser substituídas quando o número de ciclos de lavagem ultrapassar os seguintes parâmetros:

120 lavagens para enxoval de hotelaria, com tolerância de 5% para cima ou para baixo.

O número de ciclo de lavagens poderá ser revisto no decorrer da execução do contrato;

Os custos advindos do consumo de produtos químicos e demais insumos do processo de lavagem são de responsabilidade da CONTRATADA;

Para a proposição dos produtos químicos a serem utilizados na execução do serviço, deverão ser entregues pela CONTRATADA:

Cópia reprográfica autenticada, frente e verso do Certificado de registro na Divisão de Produtos Saneantes Domissanitários e na Divisão Nacional de Vigilância – Ministério da Saúde (DISADS) contendo suas propriedades e composição química;

As respectivas Fichas de Informações de Segurança de Produto Químico – FISPQ de todos os produtos químicos a serem utilizados devem ser entregues ao CONTRATANTE no ato da assinatura do contrato;

Cópias dos rótulos, contendo: nome, composição do produto, lote, número do registro no Órgão Oficial, CNPJ, endereço e outros dados do fabricante e do distribuidor, condições de armazenamento, quantidade(peso) e datas de validade e de fabricação; e respectivo registro nos órgãos competentes de fiscalização;

Os produtos químicos utilizados devem manter o padrão de cor; resistência, qualidade e durabilidade dos tecidos; o que será comprovado através de laudos com resultados dos testes de durabilidade providenciados pela CONTRATADA e às suas custas, para serem entregues ao CONTRATANTE;

A qualidade do produto deverá manter o padrão de cor ou de brancura, tendo em vista que a resistência dos tecidos será testada a cada 60 (sessenta) dias.

Os laudos com os resultados dos testes de durabilidade dos tecidos deverão ser entregues ao Contratante semestralmente;

As dosagens dos produtos a serem utilizados deverão seguir rigorosamente as instruções do fabricante, visando à garantia do serviço executado;

A CONTRATADA deverá apresentar separadamente as formulações do processo de lavagem, descrevendo a operação de dosagem dos produtos, o tempo de lavagem, a temperatura da água e os procedimentos a serem realizados para sujeira pesada (sangue, fezes, vômitos e outras sujidades proteicas) e para sujeira leve (sem presença de fluidos corpóreos, sangue ou produtos químicos);

Um ciclo completo de lavagem de roupa com sujidade pesada deve incluir umectação, enxágue inicial, pré-lavagem, lavagem, alvejamento, enxágues, acidulação e amaciamento;

A roupa com sujidade leve está liberada das primeiras etapas do processamento, quais sejam: umectação, primeiros enxágues e pré- lavagem, sendo seu ciclo iniciado já na etapa de lavagem.

Pré-secagem, secagem, calandragem ou prensagem da roupa limpa nas dependências da CONTRATADA.

A roupa deverá ser secada com a utilização de equipamentos que melhor se ajustem ao tipo de roupa e estrutura do tecido;

Toda roupa limpa deverá ser calandrada ou prensada a vapor, à exceção das felpudas, cobertores, capote e campos cirúrgicos que deverão ser entregues dobradas e empacotadas com o mínimo de manipulação possível conforme orientações da equipe de enfermagem do CONTRATANTE;

As roupas que não serão passadas na calandra deverão ser encaminhadas aos secadores, onde serão secadas conforme o tipo têxtil;

Rastreabilidade de enxoval por tipos de peças e natureza de uso, de acordo com as necessidades do Contratante;

Os funcionários da Contratada devem usar os equipamentos individuais preconizados, bem como usar técnicas de manejo adequado para manter a qualidade das roupas a serem entregues;

Quanto ao desgaste, reparos e análise de reaproveitamento das peças.

A CONTRATADA é integralmente responsável por manter todo o enxoval em perfeitas condições de uso, o que inclui a realização de reparos, a substituição de peças desgastadas e a análise contínua da vida útil dos itens, seguindo os critérios abaixo:

Processo de Reparo e Recuperação

Identificação e Encaminhamento: Todas as peças danificadas, mas que ainda se encontram dentro do padrão de aceitabilidade definido pela CONTRATANTE, deverão ser reparadas por costureiras da CONTRATADA. A identificação pode ocorrer durante a revisão das roupas na área limpa da lavanderia ou pela fiscalização da CONTRATANTE no momento do recebimento.

Escopo dos Reparos: Os reparos incluem serviços como costura e reposição de aviamentos originais danificados.

Restrição para Roupas Cirúrgicas: É expressamente vedado o reparo de roupas cirúrgicas por meio de cerzido e/ou remendo, a fim de garantir a segurança e a integridade da barreira microbiana.

Re-higienização Obrigatória: Após qualquer reparo, as roupas deverão, obrigatoriamente, passar por um novo ciclo completo de lavagem antes de serem reintroduzidas ao uso na unidade hospitalar.

Crítérios para Baixa (Descarte) e Substituição

Peças Impróprias para Uso: Serão consideradas impróprias para uso e deverão ser descartadas (baixa do enxoval) as peças que não suportarem mais consertos e cujo estado possa comprometer a funcionalidade, o conforto do usuário ou a segurança higiênico-sanitária.

Não será admitida roupa cirúrgica cerzida e/ou remendada.

Decisão de Baixa: A identificação e a decisão final pela baixa de uma peça caberão à fiscalização da CONTRATANTE.

Prazo para Reposição: A CONTRATADA deverá realizar a substituição imediata das peças consideradas impróprias para uso, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a notificação pela CONTRATANTE.

A contratada deve efetuar a reposição do enxoval sem qualquer ônus para o CONTRATANTE deve observar as seguintes hipóteses:

Desgastes decorrentes do processamento inadequado das peças;

Mau uso pelos funcionários da CONTRATADA;

Ocasões de responsabilidade da CONTRATADA;

Desgaste natural decorrente do uso regular do enxoval;

Dentro da taxa de evasão máxima aceitável estabelecida neste ETP.

A equipe da CONTRATADA deverá efetuar controle da roupa, visando eliminar extravios, devendo comunicar, imediatamente, a Unidade de Hospitalidade, qualquer irregularidade observada quando da conferência do rol.

A Contratada deverá assumir a substituição e/ou reposição do enxoval hospitalar desgastado ou danificado, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, em decorrência do tempo normal de uso ao limite de 120 lavagens. Ou ainda toda vez que solicitada pela fiscalização em decorrência de danos que impossibilitem seu reaproveitamento ou as tornem impróprias para uso.

Toda reposição de enxoval deverá ser feita com enxoval novo.

Recebimento, separação e armazenamento da roupa limpa na rouparia central da Contratante

As atividades de entrega, recebimento, organização, embalagem, distribuição e controle de enxoval serão desenvolvidas nos 07 (sete) dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, de modo a garantir a continuidade do serviço;

O enxoval entregue à rouparia central como limpo deverá estar passado, dobrado e embalado conforme padronização da CONTRATANTE, separado de acordo com os diversos tipos e tamanhos, em unidade ou kit's nos termos especificados pela Contratante;

Cabe à CONTRATADA providenciar a inspeção das roupas limpas a serem entregues no intuito de minimizar inconformidades aos padrões de qualidade da roupa limpa exigidos pelo CONTRATANTE.

As roupas entregues diariamente deverão ser devidamente acondicionadas conforme as normas de biossegurança, sob a supervisão da Contratante;

A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da entrega do enxoval limpo, um relatório informatizado padronizado e consolidado, com registro sistematizado das informações operacionais, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

Quantitativo e tipologia das peças de enxoval disponíveis na Unidade Hospitalar no momento da entrega, com base em leitura do sistema de rastreamento e conferência física;

Quantitativo e tipologia das peças efetivamente entregues naquela remessa, devidamente identificadas no sistema informatizado de gestão do enxoval;

Saldo atualizado do quantitativo mínimo diário, calculado a partir da soma das peças previamente existentes na Unidade Hospitalar com aquelas entregues na data, confrontado com o quantitativo mínimo exigido, conforme previsto em norma interna;

A CONTRATADA deverá assegurar a entrega diária de enxoval em quantidade compatível com o quantitativo mínimo por unidade, conforme estabelecido na Tabela com Enxoval Mínimo por Unidade, descontando-se apenas as peças retiradas para reprocessamento, manutenção (reparo), descarte ou outras justificativas tecnicamente comprovadas, tais como peças não pertencentes ao regime de pool;

Em caso de realização de mais de uma entrega no mesmo dia, a CONTRATADA deverá emitir, obrigatoriamente, relatório informatizado complementar, contendo:

a discriminação detalhada da quantidade e tipos de peças entregues em cada remessa;

o somatório total de peças entregues no dia;

e a verificação do cumprimento do quantitativo mínimo diário.

O relatório acima deverá ser emitido em 02 (duas) vias, conferidas e assinadas pelos responsáveis da CONTRATADA e do CONTRATANTE. Uma das vias deverá ficar com o responsável do CONTRATANTE.

As peças do enxoval limpo entregues pela CONTRATADA, deverão ser lançadas no sistema de rastreabilidade, antes de serem acondicionadas na rouparia central da CONTRATANTE.

O tempo entre a retirada da roupa suja e a devolução da roupa limpa não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas.

Os funcionários da contratada devem usar os equipamentos individuais preconizados, bem como usar técnicas de manejo adequado para manter a qualidade das roupas a serem entregues.

As peças de roupas deverão serem manuseadas com cuidado sem deixar cair ou tocar no piso. Em caso de queda ou toque de alguma peça ao piso, essa deverá obrigatoriamente ser encaminhada ao reprocessamento.

O controle da roupa limpa será efetuado pelo profissional designado pelo Contratante em conjunto com a Contratada, equipe interna fará a avaliação do enxoval limpo para identificar peças que apresentarem manchas, sujidades visíveis ou danos como rasgos, furos ou descaracterização. As peças/roupas identificadas como impróprias para reuso serão reenviadas à CONTRATADA, com registro em formulário adequado para controle da taxa de retorno, para que sejam submetidas a um novo processo de higienização/remoção de manchas ou reparo, sem ônus para a CONTRATANTE.

O peso das peças enviadas para reprocessamento ou reparo será descontado do peso de enxoval limpo entregue no mês.

O enxoval limpo, recebido da lavanderia externa, ficará disponível na rouparia central da unidade hospitalar, posteriormente direcionado para as rouparias setoriais e, por fim, direcionado para os setores demandantes.

Pesagem da roupa limpa nas dependências da contratante:

As atividades de pesagem do enxoval serão desenvolvidas nos 07 (sete) dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, de modo a garantir a continuidade do serviço;

Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um profissional da Contratada e outro da Contratante.

O peso da roupa limpa não deverá ser inferior ao peso do mesmo lote de roupa suja multiplicado por 1 menos o índice de sujidade definido pela Unidade Contratante. Assim, o índice de sujidade deverá ser de até 10%, considerando o enxoval já embalado em sacos plásticos.

A entrega de lote de enxoval limpo não poderá ter peso superior ao peso do lote sujo correspondente, ressalvadas situações justificadas e previamente autorizadas pela FISCALIZAÇÃO (como reposição de peças, ajustes do pool ou substituições previstas no contrato).

As roupas pesadas deverão ser registradas no Formulário diário de controle da pesagem da roupa, assim como a anotação de ocorrências, se houver;

O formulário acima deverá ser emitido em 2 (duas) vias, datados, conferidos e assinados pelos responsáveis da Contratada e do Contratante, devendo uma delas ficar com o responsável do Contratante;

A CONTRATANTE deve manter registros diários sobre o peso de roupa suja processada e o peso da roupa limpa disponibilizada para a rouparia central, de forma a viabilizar o cálculo do índice de sujidade geral.

Controle de Umidade e Proibição de Entrega de Enxoval Molhado

É vedada a entrega de enxoval processado com peso superior ao peso do lote sujo correspondente. A entrega de roupas úmidas configura prática irregular, sujeita à rejeição do lote, refazimento sem ônus e aplicação das penalidades cabíveis.

A CONTRATADA deverá assegurar que todo o enxoval entregue às unidades da SES/DF esteja completamente seco, vedada a entrega de peças úmidas, encharcadas ou com umidade acima do padrão técnico definido para roupas hospitalares.

A FISCALIZAÇÃO poderá, a qualquer tempo, realizar procedimentos de conferência por amostragem, pesagem comparativa, inspeção visual ou tátil das peças, bem como determinar a rejeição integral ou parcial do lote que apresentar sinais de umidade excessiva ou violação do padrão de secagem.

Constatada a entrega de enxoval úmido, caberá à CONTRATADA:

- a) proceder à recolha imediata do lote;
- b) realizar nova secagem adequada;
- c) reenviar o lote sem ônus para a Administração;
- d) sujeitar-se às sanções previstas no TR e no contrato.

A CONTRATADA deverá manter balanças devidamente calibradas e certificadas pelo INMETRO, sendo obrigatória a disponibilização, mediante solicitação da FISCALIZAÇÃO, dos certificados de aferição, relatórios de calibração e registros de pesagem.

O sistema informatizado deverá registrar o peso do lote sujo e do lote limpo, permitindo a rastreabilidade e o cruzamento dos dados pela fiscalização.

Plano de contingência:

Em razão da imperiosidade da prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades da Unidade Hospitalar, é necessário que a CONTRATADA apresente à CONTRATANTE, um Plano de Contingência que descreva a execução do objeto do Contrato nas hipóteses de interrupção das atividades motivada pela CONTRATADA e/ou por casos fortuitos, visando a manutenção dos serviços assistências desta Unidade Hospitalar;

O contingenciamento consiste em uma solução continuada através da execução no mesmo porte para a lavagem dos quilos (kg) descritos nesta contratação garantindo a prestação contínua do serviço;

O Plano de Contingência deve ser entregue à CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato;

A CONTRATADA deverá fornecer como plano de contingência de estoque, em quantidade suficiente caso haja espaço, sendo sugerido o quantitativo de 1 (um) dia de consumo da Unidade, para não gerar ruptura no abastecimento das áreas;

Para o enxoval cirúrgico o contingenciamento em casos de ininterrupção do abastecimento deverá possuir um quantitativo extra de campos cirúrgicos e aventais descartáveis para o atendimento;

Estes pacotes deverão estar estocados nas dependências da CONTRATADA, sob controle de validade, sendo possível o acionamento da entrega a qualquer momento pela CONTRATANTE no advento de evento adverso na operação dos serviços de Lavanderia.

Na hipótese de indisponibilidade total ou parcial dos sistemas informatizados utilizados na execução contratual, especialmente aqueles relacionados à rastreabilidade do enxoval (RFID), controle logístico e gestão operacional, a CONTRATADA deverá:

I – Adotar imediatamente procedimentos operacionais alternativos, de natureza manual ou por meio de sistemas redundantes, que assegurem a continuidade da prestação dos serviços, incluindo, no mínimo: registro manual de entrada e saída de enxoval; identificação por lote e unidade de destino /origem; controle de pesagem e volumes processados.

II – Garantir a integridade, rastreabilidade e posterior inserção das informações no sistema oficial, tão logo seja restabelecida a normalidade operacional, sem prejuízo da confiabilidade dos dados;

III – Comunicar formalmente à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 2 (duas) horas a partir da identificação da falha, informando a ocorrência, as medidas adotadas e o tempo estimado para restabelecimento;

IV – Restabelecer o sistema no menor prazo possível, sem prejuízo da continuidade dos serviços, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

V – Manter infraestrutura mínima de contingência tecnológica, incluindo rotinas de backup e redundância, de forma a mitigar impactos decorrentes de falhas sistêmicas.

Critérios de avaliação do plano de contingência

O Plano de Contingência apresentado pela CONTRATADA será avaliado pela CONTRATANTE, considerando, no mínimo, os seguintes critérios:

- a) capacidade de garantir a continuidade ininterrupta dos serviços;
- b) efetividade dos mecanismos de controle alternativos (manual ou redundante);
- c) tempo de resposta para acionamento das medidas de contingência;
- d) segurança e confiabilidade das informações registradas durante a indisponibilidade;
- e) prazo estimado para restabelecimento da normalidade;
- f) compatibilidade com a complexidade e o volume operacional do objeto contratado.

A CONTRATANTE avaliará o Plano de Contingência no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados de sua apresentação, podendo:

- I – aprová-lo;
- II – aprová-lo com ressalvas; ou
- III – solicitar ajustes e complementações.

Na hipótese de solicitação de ajustes, a CONTRATADA deverá reapresentar o Plano revisado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

O Plano de Contingência poderá ser revisado durante a execução contratual, sempre que identificada necessidade operacional, alteração relevante da estrutura assistencial ou ocorrência de falhas que demonstrem insuficiência das medidas originalmente previstas.

Possibilidade de Lavagem de Enxoval Próprio

A Contratante poderá encaminhar peças de enxoval de sua propriedade para execução exclusiva dos serviços de lavagem, acabamento, embalagem e entrega.

Nessa hipótese, considerando que não incidirá o custo de locação do enxoval, o valor a ser pago por quilograma de roupa limpa sofrerá deságio de 10% (dez por cento) sobre o preço unitário contratado para o quilograma de roupa limpa com fornecimento e locação, de forma a refletir apenas o custo do serviço de lavanderia.

O referido deságio será aplicado:

durante o período de transição da implementação dos serviços de locação do enxoval, até a completa substituição pelo acervo fornecido pela Contratada; e

eventualmente, sempre que a Contratante necessitar encaminhar enxoval próprio para processamento, hipótese em que a Contratada deverá efetuar o ajuste automaticamente nas faturas correspondentes.

A Contratada deverá apresentar, de forma discriminada, nas faturas mensais, as quantidades processadas em regime de locação e em regime de lavagem exclusiva de enxoval próprio, assegurando a transparência e rastreabilidade dos serviços prestados.

A CONTRATADA será integralmente responsável por eventuais riscos sanitários decorrentes de falhas logísticas, incluindo contaminação cruzada durante transporte.

Gestão de enxoval

Para uma efetiva gestão do Enxoval, a Contratada deverá realizar:

- Disponibilização do Enxoval;
- Coleta – com controle de pesagem – no Expurgo Central;
- Transporte para processamento na linha de produção da CONTRATADA;
- Separação, lavagem, secagem, calandragem/passadoria/dobra e embalar, incluindo a dobra técnica de alguns itens – da roupa limpa;
- Transporte para entrega nas rouparias centrais das Unidades Hospitalares;
- Entrega – com controle de pesagem – nas Rouparias Centrais das Unidades Hospitalares;
- Reparos e análise de reaproveitamento das peças.

O fornecimento dos enxovais, pela Contratada, deve ser realizada em até 90 dias, improrrogáveis, para toda a rede, contados a partir do início da prestação do serviço, assegurando a completa disponibilização do acervo têxtil necessário ao funcionamento regular das unidades de saúde.

Com vistas a garantir o cumprimento efetivo deste prazo, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a assinatura do contrato, cronograma físico detalhado de implantação, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:

- aquisição e/ou disponibilização do enxoval;
- recebimento e conferência;
- identificação, marcação e/ou chipagem das peças;

- parametrização e testes do sistema de rastreabilidade;
- distribuição progressiva às unidades hospitalares;
- entrada em operação assistida.

O cronograma deverá conter marcos de controle, prazos intermediários e indicadores de acompanhamento, permitindo à CONTRATANTE monitorar a execução, aferir a aderência às metas estabelecidas e adotar medidas corretivas tempestivas em caso de desvios, mitigando riscos de atraso ou descontinuidade do serviço.

Controle e Inventários

A Contratada deverá realizar inventário físico e sistêmico completo do enxoval hospitalar com periodicidade mensal, ou sempre que solicitado pela fiscalização, dentro dos parâmetros estabelecidos pela Unidade de Hospitalar da SES.

O inventário deverá conter, no mínimo:

- identificação e cadastro individualizado das peças;
- quantitativos por tipo, tamanho e unidade;
- movimentação no período;
- apuração de perdas (evasão), com quantitativo da evasão, distinção da causa da perda;
- comparativo com o estoque inicial e posição anterior;
- índice percentual de evasão global e por tipologia;
- histórico de processamento, com o registro do número de ciclos de lavagem de cada peça;
- registros de inserção e retirada de contingente operacional.

Adicionalmente, o inventário deverá identificar formalmente:

- quantitativo inserido no ciclo;
- tipologia das peças inseridas;
- justificativa técnica;
- período estimado de permanência no ciclo.

A realização do inventário deverá ocorrer de forma conjunta entre CONTRATADA e CONTRATANTE, com emissão de relatório formal assinado pelas partes em até 10 (dez) dias corridos após sua execução, assegurando validade administrativa e rastreabilidade das informações.

Dimensionamento Operacional do Enxoval

O processo de lavagem das roupas devem observar o tratamento adequado para remoção dos diversos tipos de manchas e quando se tratar das manchas indelévels, a roupa será considerada imprópria para o uso.

A CONTRATADA deverá garantir a manutenção de quantitativo mínimo operacional que assegure a continuidade do serviço. O número de peças deverá, obrigatoriamente, manter a seguinte disponibilidade diária mínima:

01 conjunto ou peça limpa em uso;

01 conjunto ou peça sujo(a);

01 conjunto ou peça em fase de processamento;

01 conjunto ou peça na rouparia da unidade (estoque).

Adicionalmente, deverá ser mantido **estoque contingencial equivalente a 100% do consumo diário**, a fim de prevenir desabastecimentos decorrentes de variações operacionais, atrasos logísticos ou eventos adversos.

O quantitativo indicado neste instrumento constitui **estimativa mínima**, podendo ser ampliado conforme variações do perfil assistencial, sem prejuízo da continuidade do serviço.

Quanto ao desgaste, mau uso e evasão de peças do enxoval hospitalar

A reposição do enxoval sem qualquer ônus para o CONTRATANTE deve observar as seguintes hipóteses:

Desgastes ou danos decorrentes do processamento inadequado das peças;

Mau uso pelos funcionários da CONTRATADA;

Ocasões de responsabilidade da CONTRATADA;

Desgaste natural decorrente do uso regular do enxoval;

Dentro da taxa de evasão máxima aceitável estabelecida abaixo.

A CONTRATADA deverá acompanhar ciclos de lavagem.

Esse controle deverá ser realizado por peça individualizada, por meio do sistema de rastreabilidade.

A gestão eficiente do enxoval hospitalar demanda estabelecimento de parâmetros técnicos para controle de evasão que reconheçam tanto as necessidades operacionais quanto as limitações inerentes ao período de implantação dos serviços. Estabelecem-se os seguintes limites:

Fase de Implantação e Adaptação (Primeiros 3 meses de contrato): A Taxa de Evasão Máxima Aceitável será de 6% (seis por cento) ao mês, calculada sobre o total do enxoval em circulação. Essa margem justifica-se tecnicamente em razão de o período inicial da contratação caracterizar-se pela curva de aprendizado operacional, pela implementação e calibração dos sistemas de controle por radiofrequência (RFID), pela consolidação do inventário inicial e pelo ajuste dos fluxos de coleta e distribuição entre as equipes da contratada e as unidades hospitalares, fatores que demandam tempo para estabilização dos processos e atingimento pleno dos padrões de controle estabelecidos.

Fase de Operação Contínua (A partir do 4º mês de contrato): A Taxa de Evasão Máxima Aceitável será de 4% (quatro por cento) ao mês, incidente sobre o total do enxoval em circulação. Tal limite fundamenta-se na premissa de que, após o período de adaptação, já se espera a maturidade dos processos operacionais, a plena funcionalidade dos sistemas de rastreabilidade e o estabelecimento de um padrão de performance contratual permanente, assegurando maior rigor no controle e na preservação do acervo têxtil sob responsabilidade da contratada.

A fase de implementação e adaptação passará a contar após entrega do enxoval completo.

No âmbito da contratação de serviços de lavanderia hospitalar, identifica-se como necessidade relevante o adequado controle da evasão de enxoval, uma vez que se trata de fator diretamente relacionado à economicidade e à continuidade da prestação do serviço. A experiência prática e estudos técnicos do setor demonstram que perdas não controladas de enxoval impactam significativamente os custos operacionais, além de comprometerem a qualidade do atendimento assistencial. Assim, torna-se necessário que a solução contratada contemple mecanismos eficazes de rastreabilidade, capazes de identificar de forma precisa os pontos de perda e permitir a adoção de medidas corretivas tempestivas.

Para fundamentar tal necessidade, tomam-se como referência os padrões de mercado, que indicam taxas de evasão entre 2% e 6% ao mês, variando conforme o grau de maturidade dos processos de gestão. A definição de limites progressivos de evasão revela-se uma abordagem tecnicamente equilibrada, por reconhecer as complexidades inerentes à fase inicial de implantação do serviço, ao mesmo tempo em que estabelece um parâmetro de eficiência operacional a ser alcançado de forma gradativa. Dessa forma, a fixação de percentuais de evasão aceitáveis constitui requisito essencial para orientar a modelagem da solução e possibilitar, no futuro contrato, mecanismos de acompanhamento e monitoramento do desempenho da contratada.

A substituição e/ou reposição do enxoval hospitalar desgastado ou danificado, devem ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, em decorrência do tempo normal de uso. Ou ainda toda vez que solicitada pela fiscalização em decorrência de danos que impossibilitem seu reaproveitamento ou as tornem impróprias para uso.

Serão consideradas impróprias para uso, as roupas que possam comprometer a funcionalidade do uso, a perda de conforto do usuário e não atenda funcionalmente;

Toda reposição de enxoval deverá ser feita com enxoval novo.

O ressarcimento de peças evadidas (extraviadas/perdidas) sob responsabilidade da CONTRATANTE será calculado com base na depreciação por ciclos de lavagem.

O valor de ressarcimento será determinado pela seguinte fórmula: Valor de Ressarcimento = Valor Unitário Novo \times (1 - Depreciação por Lavagem).

A depreciação por lavagem será calculada considerando a classificação do enxoval:

ENXOVAL CIRÚRGICO:

Vida útil padrão: 65 (sessenta e cinco) ciclos de lavagem

Tolerância: 5% (cinco por cento) para mais ou menos (62 a 68 ciclos)

Taxa de depreciação: 1,54% (um vírgula cinquenta e quatro por cento) por ciclo

Depreciação = (Número de ciclos realizados \div 65) \times 100%

ENXOVAL DE HOTELARIA (lençóis, toalhas, fronhas, etc.):

Vida útil padrão: 120 (cento e vinte) ciclos de lavagem

Tolerância: 5% (cinco por cento) para mais ou menos (114 a 126 ciclos)

Taxa de depreciação: 0,83% (oitenta e três centésimos por cento) por ciclo

Depreciação = (Número de ciclos realizados ÷ 120) × 100%

O número de ciclos de lavagem será comprovado através do sistema RFID, que registra automaticamente cada processo de higienização e classificação do item.

A substituição e/ou reposição do enxoval hospitalar extraviado, conforme apurado no inventário, deve ser feita no período máximo de 30 (trinta) dias após a contagem feita pela Contratada (inventário).

Para fins de reposição motivada pela evasão, será utilizado como base os inventários mensais do enxoval.

Independentemente da realização de inventários, deverá ser informado pela CONTRATADA, os percentuais e quantitativos totais e por tipo de peça da evasão apurada mensalmente, bem como índices relacionados aos consertos realizados, e da reposição de peças danificadas.

Visando à minimização da evasão do enxoval, a CONTRATADA deverá apresentar estratégias complementares para apreciação do CONTRATANTE, emitir relatório mensal com dados de peças evadidas, bem como demonstrar motivadamente caso o índice supracitado seja atingido;

O valor referente ao percentual de evasão/mau uso deverá constar em planilha apartada, e não compor, o valor do quilo de roupa limpa, uma vez que será o pago valor da evasão de acordo com as quantidades identificadas por meio dos inventários em consonância com valor unitário das peças evadidas.

A eventual reposição de enxoval decorrente de evasão, extravio ou mau uso acima da taxa técnica prevista não constitui item autônomo do objeto, tratando-se de condição acessória vinculada à execução do serviço de pool com locação e gestão integrada. O ressarcimento somente ocorrerá mediante comprovação da ocorrência, validação da fiscalização e nos limites percentuais definidos no Termo de Referência

O valor será devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA quando a evasão/mau uso ocorrer apenas sob responsabilidade da contratante e exceder o limite previsto o item 6.4.2.

A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a proposta, o valor unitário de cada peça que comporá o enxoval locado, de modo a possibilitar a apuração do ressarcimento, quando devido.

O pagamento das notas fiscais referentes a evasão será efetivado após 60 (sessenta) dias de comprovação do não retorno da roupa à empresa terceirizada, mediante a análise técnica da equipe de fiscalização do contrato e autorização para o prosseguimento do pagamento.

Fica de responsabilidade da CONTRATADA arcar com o ônus de falhas de rastreabilidade de enxoval.

Da Vedação de Ressarcimento por Eventos Decorrentes de Falha da Contratada

Eventuais ressarcimentos relacionados à perda, dano, depreciação extraordinária ou redução da vida útil do enxoval somente poderão ocorrer quando comprovadamente decorrentes de fatos atribuíveis à Contratante, observados os procedimentos de apuração, rastreabilidade e validação pela fiscalização contratual.

Não serão passíveis de ressarcimento, compensação financeira ou contabilização para fins de redução da vida útil das peças as ocorrências decorrentes de falha operacional da contratada, incluindo, mas não se limitando a:

- reprocessamentos;
- falhas de lavagem, secagem ou acabamento;
- danos ocasionados por processamento inadequado;
- falhas logísticas;
- erros de separação, transporte ou armazenamento;
- utilização inadequada dos equipamentos;
- inconsistências de rastreabilidade ou controle operacional.

Os ciclos adicionais de processamento decorrentes de falhas da contratada não poderão ser computados para fins de contabilização da vida útil do enxoval, nem utilizados como fundamento para aplicação de ressarcimento, reposição extraordinária ou cobrança à Contratante.

Caberá à contratada suportar integralmente os ônus decorrentes de falhas operacionais atribuíveis à sua execução, inclusive substituição das peças eventualmente danificadas ou inutilizadas.

Procedimentos para Roupas e Pertences do Contratante

A ação principal é a segregação imediata desses itens e a sua devolução ao serviço de enfermagem da unidade de origem, mediante protocolo.

A roupa suja deve ser manuseada com o mínimo de agitação possível para diminuir a contaminação do ambiente e dos profissionais.

Os profissionais devem abrir cuidadosamente cada peça de roupa, puxando-as pelas pontas sem apertar, com o objetivo explícito de "localizar e retirar objetos estranhos".

Uma vez identificado um objeto estranho, a destinação correta depende da sua natureza:

Roupas e Objetos de Propriedade do Hospital ou de Pacientes:

É de responsabilidade do Contratado realizar a devolução desses itens.

Os itens devem ser devolvidos ao serviço de hotelaria da unidade de origem.

A devolução deve ser formalizada por meio de protocolo, garantindo um registro formal da entrega.

Materiais Perfurocortantes e Resíduos Biológicos:

Caso sejam encontrados artigos como instrumentais, agulhas, bisturis, ampolas (perfurocortantes), tecidos humanos, ou outros resíduos de serviços de saúde, eles devem ser imediatamente segregados.

A lavanderia deve dispor de recipientes adequados para o acondicionamento seguro desses materiais, como um recipiente rígido para perfurocortantes e outro para material infectante.

Em casos de materiais biológicos e descartáveis (tais como tecidos humanos, ampolas, agulhas, etc), a Contratada deverá realizar o descarte adequado, conforme seu Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRSS);

Em casos de materiais permanentes e/ou reutilizáveis (tais como instrumentais, bisturis, próteses, etc) estes devem ser devolvidos à unidade de origem para que o próprio serviço de saúde realize a segregação e tratamento adequado.

Para garantir o controle e a melhoria contínua dos processos, se faz necessário um sistema de registro formal dessas ocorrências:

A empresa contratada deve informar mensalmente ao Contratante a quantidade de instrumentos, perfurocortantes e outros artigos que foram encontrados junto com a roupa a ser processada.

Estabelecer formulário de acompanhamento da evolução de objetos perfurocortantes, instrumentos e outros artigos encaminhados com a roupa suja que serve como instrumento para esse controle.

A equipe de saúde da unidade geradora deve ser orientada a evitar que objetos perfurocortantes, instrumentos ou outros artigos sejam deixados junto com a roupa suja nos sacos de coleta.

A responsabilidade primária de evitar a mistura de materiais é da equipe do hospital.

Do Sistema Informatizado de Gestão

A CONTRATADA deverá implementar sistema informatizado de gestão e rastreabilidade do enxoval hospitalar, preferencialmente baseado em tecnologia RFID, assegurando o acompanhamento individualizado de cada peça ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde sua entrada em uso até o descarte.

Todas as peças utilizadas deverão estar devidamente identificadas com código individual, fixado de forma permanente e resistente aos processos de lavagem, possibilitando leitura automatizada e controle por meio do sistema informatizado. As peças também deverão possuir identificadores visuais que facilitem a identificação de tamanhos, tipos e finalidade sem necessidade de manipulação.

O sistema deverá garantir o controle integral do enxoval, contemplando movimentação, localização, histórico, vida útil, ciclos de lavagem e indicadores de desempenho, assegurando a integridade das informações e a atualização permanente da base de dados.

A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento completo da solução tecnológica, incluindo hardware e software, composta, no mínimo, por:

- Leitoras e gravadores de tags;

- Equipamentos e dispositivos (antenas, módulos, cabines e correlatos);
- Sistemas computadorizados (hardware e software);
- Programa para armazenamento, processamento e gerenciamento de dados.

O sistema deverá estar disponível para acesso online pela CONTRATANTE, com capacidade de aquisição automática de dados, permitindo armazenamento, tratamento, gerenciamento das informações e extração de relatórios gerenciais e operacionais.

As áreas de rouparia da CONTRATANTE deverão ser equipadas com dispositivos de leitura automática de dados, posicionados estrategicamente para permitir o controle sem manuseio direto das peças, contribuindo para a redução de riscos de contaminação e aumento da eficiência operacional. Deverão ser monitorados, no mínimo, os seguintes pontos:

- Entrada de roupas sujas (provenientes das áreas assistenciais) e saída para processamento;
- Estoque de enxoval limpo, incluindo recebimento e redistribuição interna.

O sistema deverá possuir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- Controle de envio e recebimento de peças entre a unidade de processamento da CONTRATADA e as rouparias da CONTRATANTE;
- Controle da localização de cada peça ao longo do fluxo logístico e operacional;
- Identificação e cadastro individualizado das peças, com registro de origem, fornecedor, destino, vida útil, custo e histórico de utilização;
- Rastreabilidade da distribuição nas unidades assistenciais;
- Inventário online com dados atualizados em tempo real;
- Controle do número de ciclos de lavagem e da durabilidade das peças;
- Controle de evasão por tipo de item e por área assistencial;
- Ferramentas de dimensionamento do enxoval com base em consumo e inventário;
- Disponibilização de indicadores de desempenho e metas operacionais;
- Sistema de segurança com níveis de acesso por meio de senhas individuais;
- Disponibilização de plataforma web e aplicativo móvel em quantidade suficiente para gestão completa.

O sistema deverá permitir atualizações tecnológicas (upgrades), garantindo sua contínua modernização e aderência às necessidades da CONTRATANTE, sem prejuízo à rastreabilidade ou à continuidade dos serviços.

A CONTRATADA deverá apresentar, sem ônus adicional:

- Documento técnico denominado **Especificação Técnica do Sistema de Rastreabilidade**, contendo características funcionais, requisitos, equipamentos e resultados esperados;
- Parecer técnico ou documentação equivalente que comprove a regularidade, funcionalidade e conformidade do sistema com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

A implantação, manutenção e operação da solução não deverão gerar custos adicionais à CONTRATANTE, incluindo obrigatoriamente:

- Instalação de todos os equipamentos e dispositivos necessários;
- Fornecimento de conectores, cabos, adaptadores e acessórios;
- Substituição de identificadores (tags) danificados ou inoperantes;
- Substituição de equipamentos sempre que necessário;
- Treinamento técnico e orientações operacionais à equipe da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá manter Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) formalizados, atualizados e disponíveis para fiscalização.

Independentemente da realização de inventários, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, relatórios contendo os percentuais e quantitativos de evasão, por tipo de peça e por unidade, bem como informações sobre consertos realizados e reposições efetuadas.

A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico para resolução de ocorrências em prazo não superior a 4 (quatro) horas.

A escolha, implementação e operação da solução tecnológica são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, devendo atender integralmente aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Inventários

A contratada deverá realizar o inventário completo, dentro dos parâmetros estabelecidos pela Unidade de Hospitalidade da SES, a cada 30 (trinta) dias e sempre que a gestão e fiscalização julgar necessário. Esse inventário deverá constar o quantitativo por tipo e tamanho de roupa e o comparativo das quantidades relativamente à relação inicial para apuração do quantitativo de evasão e destruição das roupas no período.

A CONTRATADA deverá assumir a substituição e/ou reposição do enxoval hospitalar extraviado, conforme apurado no inventário, no prazo de até 05 (cinco) dias após a contagem feita pela Contratada (inventário).

Para fins de reposição motivada pela evasão, será utilizado como base os inventários mensal do enxoval.

Visando à minimização da evasão do enxoval, a CONTRATADA deverá apresentar estratégias complementares para apreciação do CONTRATANTE, emitir relatório mensal com dados de peças evadidas, bem como demonstrar motivadamente caso o índice supracitado seja atingido;

A CONTRATADA deverá realizar, mensalmente, o inventário in loco do enxoval segundo as seguintes diretrizes:

Ao final de cada mês de execução dos serviços, no mínimo, uma equipe de funcionários da CONTRATADA, em conjunto com um funcionário da CONTRATANTE, realizará inventário do enxoval, efetuando a contagem para o controle da evasão/extravio ou destruição por mau uso das roupas, objeto do fornecimento;

Apresentar inventário do enxoval de roupas hospitalares assinado pelos funcionários responsáveis por sua realização, em até 10 (dez) dias corridos, no qual deverá constar o quantitativo por tipo e tamanho de roupa e o comparativo das quantidades relativamente à relação inicial para apuração do quantitativo de evasão e destruição e incorporação das roupas no período.

O valor referente ao percentual de evasão/mau uso deverá constar em planilha apartada, e não compor, o valor do quilo de roupa limpa, uma vez que será o pago valor da evasão de acordo com as quantidades identificadas por meio dos inventários em consonância com valor unitário das peças evadidas, conforme Tabela Evasão - Valores do Enxoval.

A empresa deverá apresentar a planilha de custos e formação de preços com a previsão do percentual de 3 % ao mês (referente a estimativa de evasão /mau uso), bem como com descritivos de todas as peças do enxoval com seus valores unitários correspondentes.

O pagamento das notas fiscais referentes a evasão será efetivado após 60 (sessenta) dias de comprovação do não retorno da roupa à empresa terceirizada, mediante a análise técnica da equipe de fiscalização do contrato e autorização para o prosseguimento do pagamento.

Fica de responsabilidade da CONTRATADA arcar com o ônus de falhas de rastreabilidade de enxoval.

Procedimentos Operacionais para Transferência de Pacientes e Circulação de Enxoval entre Unidades

Nos casos de transferência de pacientes entre unidades assistenciais da rede SES/DF, deverá ser observado procedimento específico de controle da circulação do enxoval hospitalar, visando assegurar a rastreabilidade das peças, a adequada responsabilização operacional e a integridade do estoque circulante.

O enxoval eventualmente transferido juntamente com o paciente deverá ser registrado no sistema informatizado de rastreabilidade, com identificação da unidade de origem, unidade de destino, data da movimentação e quantitativo estimado de peças envolvidas.

A unidade receptora ficará responsável pela devolução das peças ao fluxo regular de processamento contratual, observados os procedimentos de segregação, coleta e rastreamento previstos no contrato.

Quando identificadas divergências, extravios ou não devolução das peças movimentadas entre unidades, deverão ser instaurados procedimentos de apuração administrativa, com registro formal da ocorrência e identificação da unidade responsável pela última movimentação registrada no sistema.

Os procedimentos de ressarcimento por perdas e extravios observarão os critérios de responsabilização previstos contratualmente, distinguindo-se as hipóteses de desgaste natural, falha operacional da contratada e perda atribuível à unidade administrativa responsável pela guarda ou movimentação do enxoval.

A contratada deverá disponibilizar mecanismos de rastreabilidade e relatórios gerenciais capazes de permitir o monitoramento da circulação do enxoval entre unidades, subsidiando a fiscalização contratual e os procedimentos de conferência e auditoria.

Disponibilização de equipamentos, utensílios e insumos.

A CONTRATADA disponibilizará para uso da CONTRATANTE os equipamentos e mobiliários listados neste instrumento.

Esses equipamentos e mobiliários serão substituídos e/ou mantidos pela CONTRATADA quando não apresentarem mais condições de uso. Tal avaliação será feita pela fiscalização em comum acordo com a CONTRATADA.

Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os seguintes materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

ITEM	DESCRIÇÃO

Container de Transporte interno-Roupa Suja 1.000 litros	Contêineres de 1000 Litros/450kg, injetado em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV, com tampa articulada à caixa, válvula de drenagem, munhões laterais para basculamento, na cor marrom ou preta identificado com simbologia para resíduo infectante conforme NBR7500 ABNT."ROUPA SUJA - MATERIAL INFECTANTE"
Container estacionário de enxoval sujo 720 litros	Contêineres de capacidade aproximada para 700 Litros/300kg, injetado em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV, com tampa articulada à caixa, válvula de drenagem e pegas laterais, na cor marrom ou preta identificado com simbologia para resíduo infectante conforme NBR 7500ABNT. "ROUPA SUJA - MATERIAL INFECTANTE"
Container estacionário de enxoval sujo 360 litros	Contentor de capacidade aproximada para 360 Litros/150kg, injetado em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV, com tampa articulada à caixa, válvula de drenagem e pegas laterais, na cor marrom ou preta identificado com simbologia para resíduo infectante conforme NBR 7500 ABNT "ROUPA SUJA - MATERIAL INFECTANTE".
Gaiolas para transporte de roupa limpa e acomodação de enxoval sujo	Carro rouparia bicromatizado RTR-3 - Trans-roupa (roupa seca), com estrutura aramada, acabamento bicromatizado. Fechado nas laterais, não tem portas frontais, mas com duas prateleiras basculantes aramadas. Este sistema permite o abastecimento de roupa limpa sobre as prateleiras, e quando basculadas a retirada da roupa suja para a lavanderia. Montado sobre rodas de 5", rodízios bicromatizados, fabricação Rod-Car. Medidas externas 82 x 62,5 x 180 cm.
Balanças digitais tipo plataforma com impressora e sistema próprio c o m fornecimento de informações para acompanhamento da fiscalização técnica.	Balança digital com plataforma e rampa de acesso capacidade 500kg, plataforma de inox, tamanho 1000mmx1000mm, com divisões de 100g, laudo de aferição INMETRO e etiquetador. Com nobreak. E sistema de registro (imediate na pesagem) computadorizado para acompanhamento da fiscalização.
Suporte para saco de hamper com tampa	Suporte para saco de hamper com tampa confeccionada em fiberglass (fibra de vidro), fixada por fecho confeccionado em aço inox (AISI 304/316/316L) com 4 parafusos, com abertura por pedal em aço inoxidável (AISI 304/316/316L), com estrutura reforçada, em tubo de aço inox (AISI 304/316/316L) redondo. Bandeja inferior redonda em aço inox com espessura de 5mm, fixada na estrutura em tubo de aço inox redondo. Rodízios reforçados de no mínimo 75mm de diâmetro com garfo em estrutura metálica inoxidável e banda de rodagem em poliuretano ou toda em nylon 6, sendo 2 sem trava e 1 com trava metálica inoxidável de fácil acionamento e fixados na estrutura em tubo de aço inox redondo. Medidas aproximadas: Altura mínima entre 900 mm e 1000 mm. Diâmetro mínimo entre 500mm e 510mm. Capacidade para saco de 100 litros. Será tolerada a variação de 2% a 5% para as unidades de medidas (tamanhos), resguardada a capacidade de acomodar o saco de 100 litros. Deverá acompanhar o produto: Manual de instruções e Termo de Garantia. Garantia: um (1) ano contra defeitos de fabricação.
Suporte para saco de hamper	SUPORTE PARA SACO HAMPER: com estrutura reforçada, em tubo de aço com tratamento inoxidável (AISI 304/316/316L) redondo, com junção na parte inferior das estruturas do suporte para apoio e sustentação do saco de hamper. Base tripé com rodízios de no mínimo 75 mm de diâmetro com garfo em estrutura metálica não oxidável e banda de rodagem em poliuretano e núcleo em PVC ou toda em nylon 6, sendo 2 sem trava e 1 com trava metálica de fácil acionamento e fixados na estrutura em tubo de aço inox redondo. Altura do suporte: 85 cm. Diâmetro do suporte: 53 cm. Capacidade para saco de 100 litros. Será tolerada a variação de até 5% para as unidades de medidas (tamanhos), resguardada a capacidade de acomodar o saco de 100 litros.
<p>Balanças digitais tipo plataforma a serem instaladas pela Contratada, no total de 2 (duas) balanças por unidade de saúde atendida (1 para roupa limpa e 1 para roupa suja);</p> <p>a) As balanças para roupa limpa deverão ser instaladas na Sala de Recebimento de Roupa Limpa de cada unidade física da Contratante e deverão comportar os carros gaiolas advindos da Contratada;</p>	

<p>b) As balanças de roupa suja deverão ser instaladas na Sala de Armazenamento de Roupa Suja e deverão ser balanças de plataforma adequada para a pesagem dos sacos hamper e comportar os carros gaiolas;</p> <p>c) A Contratada deverá apresentar à Contratante, os laudos de aferição válido por 6 (seis) meses emitido por empresa especializada do ramo certificada pelo INMETRO, sendo que a manutenção ficará sob responsabilidade da Contratada.</p>
--

EQUIPAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DO ENXOVAL
Leitor tipo pistola para realização de inventários e demais atividades de rastreo setorial de enxoval.
Cabine de unidade de monitoração com leitor de chip na entrega da roupa limpa.
Cabine de unidade de monitoração com leitor de chip na saída da roupa suja.
Mesa de leitura área limpa da rouparia para a monitoração da chegada e saída de peças limpas a serem distribuídas e utilizadas no hospital.

A quantidade de cada equipamento listado deverá ser suficiente para atender plenamente à demanda operacional da CONTRATANTE, garantindo a fluidez dos processos de coleta e distribuição sem atrasos ou interrupções.

Para fins de elaboração da proposta de preços, a CONTRATADA deverá dimensionar o quantitativo de equipamentos e seus respectivos custos com base na estimativa de quilogramas (kg) totais de roupa a serem processados mensalmente, conforme detalhado neste instrumento convocatório.

A CONTRATADA arcará integralmente com o ônus decorrente de qualquer equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementar os equipamentos caso o previsto inicialmente não seja suficiente para atender ao objeto, sem qualquer repasse de custos à CONTRATANTE.

É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos disponibilizados, que deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento.

Os contêineres utilizados para o transporte e armazenamento do enxoval hospitalar precisam atender às especificações da ABNT NBR 7500, que define os requisitos para o transporte terrestre de produtos perigosos.

Embora o enxoval em si não seja um produto perigoso, a aplicação desta norma garante que os contêineres sejam robustos, seguros e devidamente identificados para evitar qualquer risco de contaminação durante o transporte.

Isso é essencial para proteger o conteúdo de contaminação externa e assegurar que os itens estejam em perfeitas condições ao chegarem ao destino.

Abaixo temos a relação de insumos a serem disponibilizados pela CONTRATADA para uso nas unidades hospitalares (Quantitativo por unidade hospitalar):

MATERIAL	Unidade d e medida
Saco hamper confeccionado em plástico - Alta resistência - espessura mínima de 0,007mm - deve possuir fita ou corda para fechamento - ser resistente a punctura, ruptura e vazamentos - deve apresentar impresso as seguintes informações: Identificação e simbologia de material infectante (NBR 7500), capacidade de massa, nº do lote, validade e fabricante - Os tamanhos podem variar de unidade para unidade e são aproximadamente 100cm (A) x 90cm (l) podendo ser adequados à disponibilidade do tamanho do suporte hamper recebido pelas unidades (pacotes com 50 unidades). Cor azul.	Pacote
Saco plástico para montagem de kit's - Cor: Transparente. Tamanho: 30x40 (rolo com 500 sacolas).	Rolo
Saco plástico para montagem de kit's - Cor: Transparente. Tamanho: 40x60 (rolo com 300 sacolas).	Rolo

A quantidade de cada material listado deverá ser suficiente para atender plenamente à demanda operacional da CONTRATANTE, garantindo a fluidez dos processos de coleta e distribuição sem atrasos ou interrupções.

Para fins de elaboração da proposta de preços, a CONTRATADA deverá dimensionar o quantitativo de material e seus respectivos custos com base na estimativa de quilogramas (kg) totais de roupa a serem processados mensalmente, conforme detalhado neste instrumento convocatório.

Critérios de Avaliação das Condições de Uso e Substituição dos Equipamentos

Os equipamentos, mobiliários, ferramentas e utensílios disponibilizados pela CONTRATADA deverão permanecer em adequadas condições de funcionamento, conservação, higiene, segurança e desempenho operacional durante toda a execução contratual.

A fiscalização contratual realizará avaliações periódicas das condições de uso dos equipamentos empregados na execução dos serviços, observando, no mínimo, os seguintes critérios:

- funcionamento regular e seguro;
- integridade estrutural;
- conformidade com as normas sanitárias e de segurança aplicáveis;
- ausência de danos, corrosões, vazamentos ou improvisações;
- adequação da capacidade operacional à demanda contratada;
- manutenção das condições de higiene e limpeza;
- desempenho compatível com os níveis de serviço exigidos;
- e ausência de falhas que comprometam a qualidade, continuidade ou segurança da execução.

Será considerada obrigatória a substituição imediata dos equipamentos que:

- apresentem falhas recorrentes;
- provoquem interrupções na execução dos serviços;
- não atendam aos parâmetros mínimos de desempenho;
- estejam em condições inadequadas de conservação;
- estejam obsoletos ou sem capacidade operacional compatível com a demanda;
- ou representem risco sanitário, operacional ou de segurança.

A CONTRATADA deverá promover, às suas expensas, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados na execução contratual, bem como sua substituição sempre que constatada inadequação operacional pela fiscalização.

A fiscalização poderá registrar formalmente as inconformidades identificadas e fixar prazo para regularização, sem prejuízo da aplicação das glosas, sanções e demais medidas previstas contratualmente em caso de descumprimento.

Plano de Transição Contratual – Transferência de Dados e Continuidade Operacional

Ao término da vigência contratual, inclusive nas hipóteses de encerramento, rescisão, substituição da contratada ou transição operacional para nova solução, a contratada deverá assegurar a transferência integral da base de dados relacionada à execução do objeto, abrangendo, no mínimo:

- registros operacionais;
- histórico de rastreabilidade das peças;
- inventários;
- movimentações do enxoval;

- relatórios gerenciais;
- indicadores de desempenho;
- registros de perdas, extravios e reproprocessamentos;
- e demais informações produzidas no âmbito da execução contratual.

Os dados deverão ser disponibilizados à Administração em formato estruturado, acessível, interoperável e independente de plataforma proprietária, de modo a garantir:

- continuidade operacional;
- preservação do histórico contratual;
- manutenção da capacidade de auditoria;
- integridade das informações;
- e mitigação de dependência tecnológica em relação à contratada.

A contratada deverá ainda:

- prestar suporte técnico durante o período de transição;
- fornecer documentação técnica mínima necessária à interpretação e utilização das bases disponibilizadas;
- e adotar as medidas necessárias para assegurar a migração segura das informações, sem prejuízo à continuidade dos serviços e à governança operacional do enxoval hospitalar.

A conclusão da transição contratual ficará condicionada à validação, pela fiscalização contratual, da integridade, completude e acessibilidade das informações transferidas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. A estimativa da quantidade e do peso das roupas hospitalares a serem processadas diariamente em uma unidade de saúde deve seguir os parâmetros estabelecidos no Manual de Lavanderia Hospitalar, publicado pelo Ministério da Saúde/ANVISA em 1986, que, até o presente momento, permanece como a principal referência técnica sobre o tema, devido à inexistência de estudos técnicos mais recentes com metodologia consolidada.
2. A fórmula proposta nesse manual baseia-se no critério de kg/leito/dia, sendo a seguinte:
3. $(\text{Número de leitos} \times \text{kg/leito/dia} \times 7 \text{ dias}) \div \text{número de dias da jornada semanal de trabalho} = \text{kg/dia}$
4. Para uma estimativa precisa da demanda de processamento de roupas, não basta apenas considerar o número total de leitos disponíveis. Diversos fatores adicionais devem ser observados, entre eles:
5. A frequência de troca das roupas (cama, banho e vestuário);
6. O perfil da clientela atendida (internações prolongadas, casos cirúrgicos, pediatria, UTI, entre outros);
7. A natureza do serviço prestado (hospital geral, hospital especializado, unidade ambulatorial, CAPS etc.);
8. O porte da unidade de saúde ou da rede atendida, especialmente no caso de unidades de processamento terceirizadas;
9. O número e o tipo de procedimentos realizados (cirurgias, hemodinâmica, hemodiálise, centro obstétrico etc.);
10. A utilização de roupas descartáveis, que impacta diretamente na redução do volume de roupas reutilizáveis a serem processadas;
11. A lavagem de uniformes dos servidores, que deve ser adicionada ao volume total estimado;
12. Ainda segundo a ANVISA, a relação kg/paciente pode variar conforme a especialidade e a complexidade do serviço de saúde, a frequência das trocas de enxoval e a política interna quanto ao uso de descartáveis. Por exemplo, um serviço ambulatorial voltado ao atendimento de saúde mental tende a demandar menos volume de enxoval do que um hospital de alta complexidade com grande número de procedimentos cirúrgicos.
13. Por esses motivos, a aplicação da fórmula padronizada deve ser sempre adaptada às especificidades de cada unidade, considerando sua capacidade instalada, seu perfil assistencial, os padrões operacionais estabelecidos e a política interna de higienização.
14. Na sequência, apresenta-se a tabela com a estimativa de carga de roupa por unidade de saúde, com base nos critérios acima descritos:
15. Esses dados subsidiaram a definição da demanda contratual e o dimensionamento da quantidade mínima necessária de enxoval a ser disponibilizado para cada unidade integrante da rede SES/DF.
16. A seguir, apresenta-se a tabela com a estimativa de consumo de enxoval por unidade, expressa em quilogramas:
17. Detalhamento da quantidade de quilograma a ser processado, de acordo com os leitos de cada unidade de Atenção Especializada:

Quadro 1 - Hospitais

Unidade Hospital	Número de Leitos	kg dia*	Quantidade diária estimada	Quantidade diária estimada com Margem de segurança	Total kg mês (com margem de segurança)	TOTAL KG DA CONTRATAÇÃO
	(CNES)**	(ANVISA)	(Leitos x kg dia) (a) x (b)	(Leitos x kg dia) + 10% (c) +10%	(leitos x kg dia x dias mês) (d) x (30)	(30 meses) (e) x (30)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
HRT	459	6	2.754	3.029	90.870	2.726.100
HRSVP	83	8	664	730	21.900	657.300
HRSAM	155	6	930	1.023	30.690	920.700
HRC	554	6	3.324	3.656	109.680	3.290.400
HRBZ	90	6	540	594	17.820	534.600
HRAN	353	6	2.118	2.330	69.900	2.097.00
HMIB	263	6	1.578	1.736	52.080	1.562.400
HAB	58	8	464	510	15.300	459.00
HRGU	58	6	348	383	11.490	344.700
HRS	256	6	1.536	1.690	50.700	1.521.000
HRPL	142	6	852	937	28.110	843.300
HRL	246	6	1.476	1.624	48.720	1.461.600
HRG	421	6	2.526	2.779	83.370	2.501.100
TOTAL			19.110	21.024	630.630	18.918.900

*KG DE ROUPA PROCESSADA: O quantitativo estimado de roupa a ser processada, contemplada no presente Termo de Referência, está de acordo com o Manual de Processamento de Roupa dos Serviços de Saúde – ANVISA, 2009.

** A quantidade de leitos reflete as informações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde em consulta realizada no mês de agosto de 2025, no endereço eletrônico <https://cnes.datasus.gov.br/>

Detalhamento da quantidade de quilograma a ser processado nas Unidades de assistência de **média complexidade** com atendimento específico:

Quadro 2 - Unidades de Assistência

Unidade de Assistência	Número de Leitos	kg dia*	Quantidade diária estimada	Quantidade diária estimada com Margem de segurança	Total kg mês (com margem de segurança)	TOTAL KG DA CONTRATAÇÃO
	(CNES)**	(ANVISA)	(Leitos x kg dia) (a) x (b)	(Leitos x kg dia) + 10% (c) +10%	(leitos x kg dia x dias mês) (d) x (30)	(30 meses) (e) x (30)
-	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
ISM	18	4	72	79	2.370	71.100
CASA DE PARTO	4	6	24	26	780	23.400
TOTAL			96	105	3.150	94.500

*KG DE ROUPA PROCESSADA: O quantitativo estimado de roupa a ser processada, contemplada no presente Termo de Referência, está de acordo com o Manual de Processamento de Roupa dos Serviços de Saúde – ANVISA, 2009.

** A quantidade de leitos reflete as informações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde em consulta realizada no mês de setembro de 2025, no endereço eletrônico <https://cnes.datasus.gov.br/>

Previsão de unidades de saúde a serem inauguradas nos próximos exercícios:

Quadro 3 - Hospitais previstos

Unidade Hospitalar	Número de Leitos	kg dia*	Quantidade diária estimada	Quantidade diária estimada com Margem de segurança	Total kg mês (com margem de segurança)	TOTAL KG DA CONTRATAÇÃO
	Previstos	(ANVISA)	(Leitos x kg dia) (a) x (b)	(Leitos x kg dia) + 10% (c) +10%	(leitos x kg dia x dias mês) (d) x (30)	(30 meses) (e) x (30)
-	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
Hospital de São Sebastião	100	6	600	660	19.800	594.000
Hospital do Recanto das Emas	100	6	600	660	19.800	594.000
Hospital Clínico Ortopédico	160	8	1.280	1.408	42.240	1.267.200

Hospital Oncológico	197	8	1.576	1.734	52.020	1.560.600
TOTAL			4.056	4.462	133.860	4.015.800

**KG DE ROUPA PROCESSADA: O quantitativo estimado de roupa a ser processada, contemplada no presente Termo de Referência, está de acordo com o Manual de Processamento de Roupa dos Serviços de Saúde – ANVISA, 2009.*

Por se tratar da quantidade de leitos previstos nas unidades em fase de construção, não foi considerada a margem de segurança na estimativa.

Consolidado de todas as unidades:

Quadro 4 - Consolidação da demanda

Unidades	Quantidade diária estimada	Total kg/mês estimada	Total de kg/ano estimada	TOTAL KG DA CONTRATAÇÃO ESTIMADA
Quadro 1 - Hospitais	21.021	630.630	7.567.560	18.918.900
Quadro 2 - Unidades de Assistência	105	3.150	37.800	94.500
Quadro 3 - Hospitais previstos	4.462	133.860	1.606.320	4.015.800
TOTAL	25.588	767.640	9.211.680	23.029.200

7.16. A CONTRATADA será responsável por mensurar a quantidade de enxoval necessária para a adequada prestação dos serviços, devendo observar, como referência mínima, as peças relacionadas no Anexo deste Termo. Tal relação não possui caráter limitativo, podendo ser ampliada ou ajustada sempre que houver necessidade da CONTRATANTE, mediante solicitação expressa, a fim de garantir a plena execução contratual.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 121.352.479,85

Para fins de estimativa preliminar da presente contratação, **exclusivamente com vistas à tomada de decisão administrativa**, adotou-se como parâmetro os valores praticados nos contratos atualmente vigentes na SES/DF, conforme abaixo:

HOSPITAL	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	Aluguel do enxoval (10%)	Média
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR POR EMPRESA ESPECIALIZADA, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto. Tal serviço será prestado na modalidade lavanderia externa, obedecendo às normatizações da ANVISA, em especial, às Resoluções do Ministério da Saúde. A prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar				

HRAN, HMIB	realizar-se-á mediante a utilização das dependências da Contratada, onde a roupa será processada. O objeto inclui o recolhimento da roupa suja nas dependências da contratante, após a pesagem da mesma; o transporte da roupa suja até as dependências da contratada; separação da roupa suja; processamento da roupa suja; centrifugação, secagem e calandragem da roupa limpa; dobragem, embalagem e armazenamento da roupa limpa; reparos e reaproveitamento de peças danificadas; transporte da roupa limpa até as dependências da contratante; pesagem da roupa limpa. HRAN - Hospital Regional Asa Norte. HMIB - Hospital Materno Infantil de Brasília. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG*	R\$ 4,49	5,59	
HRL, HAB	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR POR EMPRESA ESPECIALIZADA, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto. Tal serviço será prestado na modalidade lavanderia externa, obedecendo às normatizações da ANVISA, em especial, às Resoluções do Ministério da Saúde. A prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da Contratada, onde a roupa será processada. O objeto inclui o recolhimento da roupa suja nas dependências da contratante, após a pesagem da mesma; o transporte da roupa suja até as dependências da contratada; separação da roupa suja; processamento da roupa suja; centrifugação, secagem e calandragem da roupa limpa; dobragem, embalagem e armazenamento da roupa limpa; reparos e reaproveitamento de peças danificadas; transporte da roupa limpa até as dependências da contratante; pesagem da roupa limpa. HRL - Hospital Regional Leste. HAB - Hospital de Apoio de Brasília. ME/EPP Cota de 8,93% - vinculado ao item 4	KG*	R\$ 4,49	5,59	
HRGU /Inst. Saúde Mental	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR POR EMPRESA ESPECIALIZADA, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto. Tal serviço será prestado na modalidade lavanderia externa, obedecendo às normatizações da ANVISA, em especial, às Resoluções do Ministério da Saúde. A prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da Contratada, onde a roupa será processada. O objeto inclui o recolhimento da roupa suja nas dependências da contratante, após a pesagem da mesma; o transporte da roupa suja até as dependências da contratada; separação da roupa suja; processamento da roupa suja; centrifugação, secagem e calandragem da roupa limpa; dobragem, embalagem e armazenamento da roupa limpa; reparos e reaproveitamento de peças danificadas; transporte da roupa limpa até as dependências da contratante; pesagem da roupa limpa. HRGU/ISM - Hospital Regional do Guarã e Instituto de Saúde Mental. ME/EPP Cota de 1,41% - vinculado ao item 1	KG*	R\$ 4,49	5,59	
HRS, HRPL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR POR EMPRESA ESPECIALIZADA, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto. Tal serviço será prestado na modalidade lavanderia externa, obedecendo às normatizações da ANVISA, em especial, às Resoluções do Ministério da Saúde. A prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da Contratada, onde a roupa será processada. O objeto inclui o recolhimento da roupa suja nas dependências da contratante, após a pesagem da mesma; o transporte da roupa suja até as dependências da contratada; separação da roupa suja; processamento da roupa suja; centrifugação, secagem e calandragem da roupa limpa; dobragem, embalagem e armazenamento da roupa limpa; reparos e reaproveitamento de peças danificadas; transporte da roupa limpa até as dependências da contratante; pesagem da roupa limpa. HRS - Hospital Regional de Sobradinho. HRPL - Hospital Regional de Planaltina. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG*	R\$ 4,49	5,59	5,24
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR POR EMPRESA ESPECIALIZADA, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar				

HRG	doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto. Tal serviço será prestado na modalidade lavanderia externa, obedecendo às normatizações da ANVISA, em especial, às Resoluções do Ministério da Saúde. A prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da Contratada, onde a roupa será processada. O objeto inclui o recolhimento da roupa suja nas dependências da contratante, após a pesagem da mesma; o transporte da roupa suja até as dependências da contratada; separação da roupa suja; processamento da roupa suja; centrifugação, secagem e calandragem da roupa limpa; dobragem, embalagem e armazenamento da roupa limpa; reparos e reaproveitamento de peças danificadas; transporte da roupa limpa até as dependências da contratante; pesagem da roupa limpa. HRG - Hospital Regional do Gama. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG*	R\$ 4,49	5,59
HSVP, HRT, HRSAM	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR POR EMPRESA ESPECIALIZADA, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto. Tal serviço será prestado na modalidade lavanderia externa, obedecendo às normatizações da ANVISA, em especial, às Resoluções do Ministério da Saúde. A prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da Contratada, onde a roupa será processada. O objeto inclui o recolhimento da roupa suja nas dependências da contratante, após a pesagem da mesma; o transporte da roupa suja até as dependências da contratada; separação da roupa suja; processamento da roupa suja; centrifugação, secagem e calandragem da roupa limpa; dobragem, embalagem e armazenamento da roupa limpa; reparos e reaproveitamento de peças danificadas; transporte da roupa limpa até as dependências da contratante; pesagem da roupa limpa. HSVP - Hospital São Vicente de Paulo. HRT - Hospital Regional de Taguatinga. HRSAM/ACOPLADO - Hospital Regional de Samambaia e acoplado. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG*	R\$ 3,35	4,45
HRBZ, HOSP. DO SOL, HRC	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR POR EMPRESA ESPECIALIZADA, código BR 19542, envolvendo o processamento, higienização de enxoval, livre da quantidade de microrganismos patogênicos que possam causar doenças, com disponibilização de balanças, carrinhos para transporte, seladoras, sacos plásticos para embalagem das roupas limpas, dentre outros que se fizerem necessários para a consecução do objeto. Tal serviço será prestado na modalidade lavanderia externa, obedecendo às normatizações da ANVISA, em especial, às Resoluções do Ministério da Saúde. A prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da Contratada, onde a roupa será processada. O objeto inclui o recolhimento da roupa suja nas dependências da contratante, após a pesagem da mesma; o transporte da roupa suja até as dependências da contratada; separação da roupa suja; processamento da roupa suja; centrifugação, secagem e calandragem da roupa limpa; dobragem, embalagem e armazenamento da roupa limpa; reparos e reaproveitamento de peças danificadas; transporte da roupa limpa até as dependências da contratante; pesagem da roupa limpa. HRBZ - Hospital Regional de Brasília. HRC - Hospital Regional da Ceilândia. HSOL - Hospital do Sol Nascente. AMPLA CONCORRÊNCIA	KG*	R\$ 3,18	4,28

Segue tabela com valores detalhados:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	TOTAL ESTIMADO DIÁRIO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO ANUAL	VALOR ANUAL ESTIMADO	TOTAL KG ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (30 MESES)
Único	1	Prestação de serviços continuados de processamento de roupa hospitalar e tecidos em geral, com locação de enxoval na modalidade "pool", realização de controle e gestão das peças, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF).	KG de Roupa Limpa	24.983	R\$ 5,24	749.478	R\$ 3.927.264,72	8.993.736	R\$ 47.127.176,64	22.484.340	R\$ 117.817.941,60
	2	Eventual reposição do enxoval acima da taxa de evasão e mau uso sob responsabilidade da CONTRATANTE. O VALOR É PARA FINS DE RESSARCIMENTO E NÃO É OBJETO DE DISPUTA DE PREÇOS.	percentual do valor mensal			3%	R\$ 117.817,94	3%	R\$ 1.413.815,30	3%	R\$ 3.534.538,25
	Total						R\$ 4.045.082,66		R\$ 48.540.991,94		R\$ 121.352.479,85

- O valor de item 2 deverá fixo, não será objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, por se tratar de previsão contratual para eventual reposição do enxoval pela CONTRATANTE a CONTRATADA.
- No caso dos serviços de lavanderia de enxoval próprio da contratada, o valor a ser pago por quilograma de roupa limpa sofrerá deságio de 10% (dez por cento) sobre o preço unitário contratado para o quilograma de roupa limpa com fornecimento e locação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Agrupamento em grupo único.

O não parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente justificado, nos termos do art. 40, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza integrada e indivisível da solução contratada.

O objeto consiste na prestação de serviços de lavanderia hospitalar com locação de enxoval (modelo pool) e gestão informatizada, abrangendo todas as etapas do ciclo de vida do enxoval — coleta, transporte, pesagem, separação, processamento (lavagem, desinfecção, secagem e acabamento), reparos, reposição, rastreabilidade e distribuição — configurando um fluxo operacional único, contínuo e indivisível.

Do ponto de vista técnico, o processamento de roupas em serviços de saúde constitui um ciclo integrado que exige padronização rigorosa, controle sanitário e rastreabilidade completa, conforme diretrizes da ANVISA (RDC nº 6/2012 e Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde, 2009). A fragmentação desse ciclo comprometeria a uniformidade dos procedimentos, aumentaria o risco de contaminação cruzada e inviabilizaria o controle eficiente da qualidade e da vida útil das peças.

A análise de viabilidade de parcelamento demonstra que a eventual divisão do objeto em contratos distintos não se mostra adequada, pois acarretaria:

- Dificuldade de identificação e atribuição de responsabilidades por falhas, danos ou extravios;
- Criação de múltiplas interfaces operacionais entre fornecedores distintos, elevando o risco de descontinuidade;
- Comprometimento da rastreabilidade individualizada das peças, especialmente diante da obrigatoriedade de uso de tecnologia RFID;
- Prejuízo à padronização dos processos e à segurança sanitária;
- Aumento significativo da complexidade de gestão e fiscalização contratual;
- Elevação dos custos administrativos, com necessidade de múltiplos certames e contratos.

Em contraposição, a contratação integrada em grupo único estabelece um único ponto de responsabilidade por toda a cadeia operacional, o que:

- Facilita a fiscalização e o controle pela Administração;
- Agiliza a resolução de intercorrências;
- Garante uniformidade de padrões técnicos e sanitários;
- Elimina lacunas de responsabilidade entre prestadores;
- Assegura maior confiabilidade no controle de evasão, reposição e vida útil do enxoval.

Sob o aspecto econômico, a unificação do objeto proporciona ganhos relevantes de escala e eficiência, permitindo:

- Otimização da logística e da operação industrial;
- Dimensionamento eficiente da frota, equipamentos e insumos;
- Redução de custos operacionais e administrativos;
- Centralização da gestão de estoque e do fluxo de reposição;
- Maior poder de negociação e competitividade na formação de preços.

O parcelamento implicaria duplicidade de estruturas, perda de escala e aumento global dos custos, tornando a contratação menos vantajosa para a Administração.

Adicionalmente, a natureza crítica do serviço — diretamente relacionada ao controle de infecções e à segurança do paciente — exige gestão integrada e especializada, sendo imprescindível o controle unificado de todas as etapas, desde a coleta até a entrega do enxoval limpo, com rastreabilidade plena e monitoramento contínuo.

Dessa forma, a divisão do objeto em lotes resultaria em riscos operacionais relevantes, tais como falhas de rastreabilidade, conflitos de responsabilidade, descontinuidade na prestação do serviço e comprometimento da segurança sanitária.

Assim, o agrupamento em grupo único fundamenta-se nos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021, configurando-se como a solução técnica mais adequada para garantir qualidade assistencial, segurança do paciente e otimização dos recursos públicos.

Por todo o exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente viável, sendo a contratação integrada em grupo único a alternativa que melhor atende ao interesse público.

Da Subcontratação.

Admite-se, em caráter excepcional e mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, a subcontratação parcial do objeto, limitada exclusivamente às seguintes parcelas acessórias:

- Serviços de costura e reparos das peças do enxoval;
- Fornecimento (locação) das peças que compõem o enxoval hospitalar.

É expressamente vedada a subcontratação das atividades essenciais (atividades-fim) do objeto, especialmente:

- Processamento e higienização das roupas (lavagem, desinfecção, secagem e acabamento);
- Transporte entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- Gestão operacional do enxoval, incluindo rastreabilidade, logística interna e distribuição.

A eventual subcontratação não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral pela execução do contrato, permanecendo como única responsável, perante a CONTRATANTE, pela qualidade, conformidade, pontualidade e segurança dos serviços prestados, inclusive por quaisquer danos diretos ou indiretos decorrentes da atuação de subcontratadas.

A autorização para subcontratação estará condicionada ao atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

- Comprovação, pela subcontratada, de capacidade técnica compatível com a parcela a ser executada, incluindo o atendimento às normas da ANVISA, da ABNT e demais exigências aplicáveis;
- Comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos mesmos moldes exigidos da CONTRATADA;

- Apresentação, pela CONTRATADA, de toda a documentação necessária à análise da subcontratada, facultando-se à CONTRATANTE a realização de diligências para verificação da capacidade técnica e operacional;
- Demonstração de que a CONTRATADA manterá a gestão, supervisão e controle direto sobre os serviços subcontratados;
- Manutenção das condições contratuais originais, vedada qualquer alteração de preços ou transferência de encargos à CONTRATANTE.

A autorização para subcontratação terá caráter precário, podendo ser revogada a qualquer tempo pela CONTRATANTE, sem ônus, caso verificado descumprimento das condições estabelecidas ou prejuízo à qualidade, à continuidade ou à segurança da execução contratual.

Na hipótese de participação de consórcio, as atividades integrantes do objeto deverão ser executadas diretamente pelas empresas consorciadas, conforme a distribuição de responsabilidades prevista no respectivo instrumento de constituição, sendo vedada a subcontratação das parcelas do objeto.

Da Admissão de Consórcios.

Será permitida a participação de Consórcio de empresas, nos termos do art. 15, da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no Edital, **limitando-se sua composição a até 2 (duas) empresas consorciadas.**

A admissão de consórcios tem por finalidade mitigar eventuais impactos concorrenciais decorrentes da adoção de grupo único, ampliando a competitividade do certame ao permitir a participação de empresas que, isoladamente, não deteriam capacidade técnica, operacional ou econômico-financeira suficiente para execução integral do objeto.

Justificativa da limitação a 2 consorciadas

A limitação do número de empresas consorciadas a 2 (duas) fundamenta-se em critérios de proporcionalidade e eficiência operacional, considerando:

- A natureza integrada e altamente coordenada do objeto, que exige padronização rigorosa de processos, rastreabilidade contínua e responsabilidade claramente definida;
- A necessidade de evitar complexidade excessiva na governança do contrato, que poderia comprometer a rastreabilidade, a responsabilização por falhas e a fluidez operacional;
- O fato de que o objeto, embora complexo, não demanda multiplicidade elevada de especializações independentes, sendo plenamente exequível por até duas empresas com competências complementares (ex.: processamento + gestão/logística);
- A prevenção de estruturas consorciais excessivamente fragmentadas, que poderiam aumentar riscos de conflitos operacionais, sobreposição de responsabilidades e prejuízo à execução contratual.

Dessa forma, a limitação adotada mostra-se tecnicamente adequada e suficiente para garantir competitividade sem comprometer a execução.

Critérios de habilitação técnica das consorciadas

Para assegurar a capacidade efetiva de execução, ficam estabelecidos os seguintes critérios:

- A habilitação técnica será admitida por somatório dos quantitativos das consorciadas, conforme art. 15 da Lei nº 14.133/2021;
- Cada consorciada deverá comprovar capacidade técnica mínima compatível com a parcela do objeto que executará, sendo vedada a participação de empresa sem qualquer experiência relacionada às atividades assumidas;
- A empresa líder do consórcio deverá comprovar experiência prévia em gestão integrada de serviços similares, especialmente quanto à logística, rastreabilidade ou processamento de enxoval hospitalar;
- As consorciadas deverão apresentar, no instrumento de constituição do consórcio, **a distribuição clara e detalhada das responsabilidades operacionais**, evitando sobreposição ou lacunas na execução.

Justificativa do acréscimo de 15% na qualificação econômico-financeira

Será admitido o acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre os valores exigidos para licitante individual, para fins de habilitação econômico-financeira, conforme art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Tal acréscimo se justifica em razão de:

- Maior complexidade inerente à execução por múltiplos agentes econômicos;
- Necessidade de assegurar robustez financeira compatível com a responsabilidade solidária assumida pelas consorciadas;
- Mitigação de riscos de inadimplemento e descontinuidade do serviço;
- Garantia de que o consórcio possua capacidade financeira equivalente ou superior à exigida de uma empresa individual apta a executar integralmente o objeto.

Regras operacionais do consórcio

- As empresas consorciadas responderão solidariamente por todas as obrigações contratuais, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021;
- O consórcio deverá indicar uma empresa líder, responsável pela representação perante a CONTRATANTE, incluindo recebimento de notificações, interlocução operacional e formalização de atos contratuais;
- O instrumento de constituição do consórcio deverá prever expressamente:

- As obrigações de cada consorciada;
- A repartição das atividades;
- Os mecanismos internos de coordenação;
- É vedada a subcontratação das parcelas assumidas pelas consorciadas, conforme distribuição definida no consórcio.

Conclusão técnica

A admissão de consórcios, nos termos estabelecidos, equilibra a necessidade de ampliação da competitividade com a preservação da eficiência operacional, demonstrando compatibilidade com o modelo de grupo único e garantindo:

- Maior participação de agentes econômicos;
- Execução tecnicamente qualificada;
- Responsabilização clara e rastreável;
- Redução de riscos operacionais e contratuais.

Da Admissão de Cooperativas

A participação de cooperativas em licitações públicas encontra respaldo no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitida quando houver compatibilidade entre seu modelo de organização e a execução do objeto contratado.

No presente caso, verifica-se a inviabilidade técnica e operacional da participação de cooperativas, em razão das características específicas da contratação, conforme fundamentação a seguir:

1. Incompatibilidade com o modelo operacional integrado e contínuo

O objeto da contratação compreende a execução de serviço contínuo, integrado e altamente padronizado, envolvendo:

- Processamento industrial de roupas hospitalares;
- Logística estruturada de coleta e distribuição;
- Controle informatizado e rastreabilidade individualizada por peça;
- Gestão de estoque em regime de “pool”;
- Responsabilização por perdas, extravios e vida útil do enxoval.

Esse modelo exige centralização operacional, padronização rigorosa de processos e comando unificado, com controle contínuo de qualidade, rastreabilidade e desempenho.

O regime cooperativista, por sua natureza, caracteriza-se pela execução descentralizada por cooperados autônomos, sem estrutura empresarial típica voltada à prestação de serviços logísticos integrados de alta complexidade, o que compromete:

- A padronização dos processos produtivos e sanitários;
- A rastreabilidade contínua e confiável das peças;
- A uniformidade na execução dos serviços ao longo de toda a cadeia;
- A responsabilização objetiva por falhas operacionais.

2. Incompatibilidade com os requisitos de rastreabilidade e responsabilização

A solução proposta exige:

- Rastreabilidade individualizada de cada peça ao longo de todo o ciclo operacional;
- Controle de movimentação, ciclos de lavagem e vida útil;
- Identificação precisa de responsabilidades por perdas, extravios, reprocessamentos e falhas.

A estrutura cooperativista dificulta a atribuição de responsabilidade individualizada e centralizada, especialmente em um modelo que exige:

- Registro sistemático e confiável de dados operacionais;
- Integração entre sistemas informatizados e execução física do serviço;
- Resposta rápida e objetiva a falhas e não conformidades.

Tal cenário gera risco concreto à governança do contrato, à confiabilidade dos dados e à efetividade da fiscalização.

3. Incompatibilidade com a estrutura de mercado do setor

A análise do mercado de lavanderia hospitalar demonstra que os serviços de processamento de enxoval hospitalar com rastreabilidade e gestão integrada são, predominantemente, executados por empresas especializadas, que dispõem de:

- Planta industrial estruturada;
- Tecnologia embarcada (RFID ou equivalente);

- Sistemas informatizados de gestão;
- Logística dedicada e integrada;
- Capacidade de investimento e escala operacional.

Não se identificam, de forma relevante no mercado, cooperativas estruturadas para executar integralmente esse tipo de serviço com o nível de complexidade, escala e integração exigidos, o que reforça a inadequação do modelo cooperativista ao objeto.

4. Risco à isonomia e à execução contratual

A participação de cooperativas, diante dessa incompatibilidade operacional, pode:

- Comprometer a execução adequada do contrato;
- Introduzir riscos à qualidade sanitária e à continuidade do serviço;
- Gerar assimetria concorrencial, considerando regimes distintos de organização e custos operacionais;
- Aumentar o risco de inadimplemento ou execução parcial do objeto.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a participação de cooperativas não se mostra compatível com as exigências técnicas, operacionais e sanitárias do objeto, especialmente no que se refere à:

- Integração da cadeia de serviços;
- Rastreabilidade individualizada;
- Controle operacional contínuo;
- Responsabilização unificada;
- Escala e estrutura produtiva necessárias.

Assim, **fica vedada a participação de cooperativas no presente certame**, com fundamento no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, por incompatibilidade técnica e operacional devidamente demonstrada, preservando-se os princípios da eficiência, da segurança sanitária, da isonomia e da adequada execução contratual.

Tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte

Nos termos dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública deve, como regra, conferir tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

Todavia, no presente caso, não se mostra viável a aplicação desse tratamento de forma a restringir a disputa ou estabelecer cotas, com fundamento no art. 49, inciso III, da LC nº 123/2006, pelos motivos a seguir expostos:

1. Natureza indivisível e integrada do objeto

O objeto da contratação consiste na prestação de serviço contínuo, integrado e interdependente, abrangendo:

- Coleta, transporte e processamento do exsval hospitalar;
- Locação e reposição de peças;
- Gestão de estoque em regime de “pool”;
- Rastreabilidade individualizada por peça;
- Distribuição e logística interna.

Conforme demonstrado no item de justificativa do não parcelamento, tais atividades não comportam fracionamento sem prejuízo da eficiência, da rastreabilidade e da segurança sanitária, o que inviabiliza a adoção de:

- Cotas reservadas;
- Licitações exclusivas por item;
- Divisão em lotes autônomos.

2. Exigência de capacidade técnico-operacional e escala mínima

A execução do objeto demanda:

- Infraestrutura industrial compatível com processamento contínuo em larga escala;
- Logística estruturada e integrada;
- Sistemas informatizados de rastreabilidade;
- Capacidade de reposição e gestão de estoque em tempo real;
- Atendimento simultâneo a múltiplas unidades de saúde.

Tais requisitos evidenciam a necessidade de estrutura empresarial robusta e capacidade operacional consolidada, não sendo compatíveis, em regra, com a atuação isolada de ME/EPP em toda a cadeia do serviço.

3. Risco à continuidade e à segurança do serviço

A fragmentação da contratação para viabilizar participação exclusiva de ME/EPP acarretaria:

- Risco de descontinuidade operacional;
- Comprometimento da logística integrada;
- Fragilização da rastreabilidade e do controle de perdas;
- Aumento da complexidade de fiscalização;
- Potencial impacto na segurança sanitária e assistencial.

Trata-se de serviço essencial à assistência à saúde, diretamente relacionado ao controle de infecções, não sendo admissível a introdução de riscos operacionais decorrentes de modelagem inadequada da contratação.

4. Compatibilização com a competitividade do certame

Ressalta-se que a não aplicação de exclusividade ou cotas não impede a participação de ME/EPP no certame, inclusive:

- De forma individual, caso possuam capacidade compatível; ou
- Por meio de consórcios ou subcontratação, conforme admitido neste Termo de Referência.

Assim, preserva-se a competitividade sem comprometer a execução contratual.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a aplicação do tratamento diferenciado previsto nos arts. 47 e 48 da LC nº 123/2006, no presente caso, **não se mostra vantajosa para a Administração Pública e pode comprometer a execução do objeto**, razão pela qual se justifica sua não adoção, nos termos do art. 49, inciso III, da referida Lei Complementar.

Garantia da Contratação

A Contratada deverá prestar garantia no valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do artigo 98, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com validade durante toda a execução contratual e por até 90 (noventa) dias após o término da vigência, podendo optar por uma das seguintes modalidades, conforme art. 96, § 1º, da referida lei.

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- Seguro-garantia;
- Fiança bancária;
- Título de capitalização com resgate pelo valor total.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la no máximo, até a data de assinatura do contrato, em atendimento ao § 3º do Art. 96, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato até o encerramento do inventário final e acertos com a Contratante, se for o caso.

Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia até a data de assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia no período previsto, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado e,

obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Contratante, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Contratante.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

A Contratante deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Contratante e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No contexto da presente contratação — serviços contínuos de higienização e processamento de enxoval hospitalar, com locação de enxoval e rastreabilidade informatizada — não há contratações interdependentes ou simultâneas de natureza técnica obrigatória que impeçam a execução autônoma do objeto.

10.2. O modelo de terceirização completa, com locação e rastreabilidade, é autossuficiente, e foi estruturado para não depender da contratação simultânea de insumos, sistemas ou equipamentos por parte da Administração.

10.3. Contudo, é possível identificar contratações correlatas, ou seja, que possuem vínculo temático ou operacional, mas não interdependência direta, tais como:

10.3.1. Contratos de gerenciamento do Setor de Rouparia, isto é, contratação de mão de obra com dedicação exclusiva, alocada nas dependências do secretário, com remuneração por posto de trabalho. O referido serviço inclui:

- a) Controle de estoque, conservação e distribuição interna de roupas.
- b) Montagem de kits para áreas usuárias.
- c) Arrumação de leitos, atividade típica da função de Camareira (CBO 5133-15);
- d) Coleta de roupa suja nas unidades geradoras, controle de qualidade e outras tarefas operacionais desempenhadas pelo Auxiliar de Lavanderia (CBO 5163-45), função análoga à de roupeiro.

10.3.2. Contratação de aquisição de Armários e demais materiais permanentes;

10.3.3. Aquisição de materiais de identificação de RFID para de controle de entrada;

10.4. As contratações correlatas não comprometem a autonomia da execução contratual deste serviço.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada ao planejamento estratégico, tático e operacional da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), em especial à diretriz institucional de garantir a prestação contínua e qualificada dos serviços assistenciais de saúde, com foco na eficiência, segurança sanitária, regularidade do atendimento hospitalar e sustentabilidade da gestão pública.

11.2. A demanda está prevista no Plano Anual de Contratações da SES/DF para o exercício de referência, conforme cadastro no Sistema ID 29126, atendendo ao disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Essa previsão demonstra o caráter planejado e estratégico da contratação, conforme exigem os princípios do planejamento, da eficiência e da continuidade dos serviços públicos, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

PCA da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2026:

Nº ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO E-COMPRAS (ID)	DESCRIÇÃO DO ITEM
1	N/A	19542	29126	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR POR EMPRESA ESPECIALIZADA.

O objeto da contratação está previsto na PLOA 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de higienização e processamento de roupas hospitalares e tecidos em geral, com fornecimento em regime de locação (modalidade de pool) e controle informatizado do enxoval, tem como finalidade atender à necessidade essencial das unidades hospitalares da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) quanto à disponibilidade ininterrupta, segura, rastreável e padronizada de enxoval hospitalar, elemento crítico para a continuidade dos atendimentos assistenciais.

12.2. A adoção da solução proposta visa gerar resultados objetivos e mensuráveis, promovendo ganhos diretos e indiretos à Administração Pública e à sociedade.

12.3. Ganhos Diretos Esperados:

12.3.0.1. Continuidade dos serviços assistenciais;

12.3.0.2. Assegurar o fornecimento contínuo, padronizado e em quantidade adequada de roupas hospitalares, evitando desabastecimentos que comprometam internações, procedimentos cirúrgicos, atendimentos emergenciais e o funcionamento de unidades críticas, como UTI, centro cirúrgico e enfermarias.

12.3.1. Conformidade com normas sanitárias e de biossegurança:

12.3.1.1. Garante o cumprimento das normas da ANVISA (RDC nº 222/2018 e RDC nº 50/2002), da ABNT (NBR 16286/2014 e NBR 14510/2000) e demais dispositivos que regulamentam o processamento de roupas hospitalares, com impactos diretos na redução de infecção hospitalar e contaminação cruzada.

12.3.2. Melhoria da ambiência hospitalar e humanização do cuidado:

12.3.2.1. Ao proporcionar enxovais adequados, limpos, padronizados e em boas condições de uso, melhora-se a percepção do paciente sobre a qualidade do atendimento, contribuindo para a humanização e o acolhimento no serviço público de saúde.

12.3.3. Rastreabilidade e controle informatizado das peças:

12.3.3.1. Com a implantação de um sistema de gestão informatizada, a SES/DF terá acesso ao controle em tempo real da movimentação, uso, durabilidade, reposição e perdas do enxoval, com relatórios e indicadores que permitirão fiscalização mais eficaz e transparente.

12.3.4. Padronização e qualidade do enxoval:

12.3.4.1. A locação em modalidade pool garante peças padronizadas por tipo de unidade assistencial, evitando variações de qualidade e melhorando a eficiência operacional.

12.3.5. Redução de extravios e perdas patrimoniais:

12.3.5.1. Com a rastreabilidade individual das peças, é possível identificar evasões por unidade, propor medidas corretivas e responsabilizar contratualmente a empresa por reposições necessárias.

12.3.6. Redução de custo com aquisição e reposição de enxoval:

12.3.6.1. O modelo evita despesas recorrentes com aquisição direta, licitações fragmentadas e estoques obsoletos. Toda reposição por desgaste, evasão ou inutilização passa a ser responsabilidade da contratada, sem ônus para a Administração.

12.3.7. Ganhos Indiretos Esperados:

12.3.8. Melhor uso dos recursos materiais e logísticos da SES/DF:

12.3.8.1. Evita-se a necessidade de manter estruturas próprias de lavanderia, estoque e transporte, que exigiriam alto custo com manutenção predial, frota, mão de obra e energia, além de licenças ambientais e sanitárias.

12.3.9. Previsibilidade orçamentária e planejamento da despesa:

12.3.9.1. A contratação de natureza continuada, com critérios de reajuste e medição definidos, proporciona melhor controle orçamentário e previsibilidade da despesa pública com o serviço.

12.3.10. Melhoria do planejamento e tomada de decisões:

12.3.10.1. O sistema informatizado, com inventário em tempo real e indicadores como taxa de evasão, reproprocessamento, consumo por unidade e vida útil média, permitirá decisões mais qualificadas, inclusive para subsidiar auditorias, relatórios de gestão, pactuação de metas e planejamento de reposição.

12.3.11. Valorização da governança pública e da fiscalização contratual:

12.3.11.1. Os mecanismos de rastreabilidade, relatórios informatizados e dashboards integrados ao sistema da contratada fortalecerão o papel da Administração como gestora e fiscal do contrato, facilitando auditorias e controlando a execução com mais segurança.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para garantir a adequada execução contratual e o cumprimento das obrigações legais e operacionais vinculadas à contratação dos serviços contínuos de higienização e processamento de roupas hospitalares e tecidos em geral, com locação de enxoval na modalidade de pool e controle informatizado, a Administração deverá adotar as seguintes providências antes da assinatura do contrato:

13.2. Designação e capacitação da equipe de fiscalização contratual.

13.3. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá designar formalmente os agentes públicos que atuarão como:

13.3.1. Gestor do Contrato, responsável por acompanhar a execução como um todo;

13.3.2. Fiscais Técnico, Administrativo e Setorial, conforme a complexidade e o volume de atividades contratadas.

13.4. Esses agentes deverão ser capacitados previamente, com foco nos seguintes aspectos:

13.4.1. Conhecimento técnico do objeto contratado;

13.4.2. Domínio dos critérios de medição e pagamento (quantitativo mínimo diário, qualidade do enxoval, prazos de entrega, relatórios);

13.4.3. Leitura e interpretação de relatórios gerados pelo sistema informatizado de rastreabilidade;

13.4.4. Identificação de inconformidades e falhas contratuais;

13.5. Planejamento logístico e organizacional para integração do serviço.

13.6. Deverão ser mapeados e definidos previamente:

13.6.1. Os pontos de coleta e entrega do enxoval em cada unidade hospitalar;

13.6.2. A frequência e horários de coleta/entrega, conforme o perfil e demanda de cada serviço (enfermaria, UTI, centro cirúrgico, pronto-socorro etc.);

13.6.3. A interface operacional entre a contratada e os profissionais da rouparia/hotelaria hospitalar, com definição clara de responsabilidades;

13.6.4. A validação dos fluxos internos de movimentação do enxoval, inclusive da destinação de peças reprocessadas ou reprovadas.

13.6.5. Adequação dos ambientes físicos e fluxos internos

13.7. Embora a execução principal ocorra fora da unidade hospitalar (nas instalações da contratada), a Administração deverá assegurar:

13.7.1. Identificação e sinalização das áreas de recebimento e expedição de roupas sujas e limpas;

13.7.2. Funcionamento adequado das salas de utilidades, expurgos e rouparias setoriais, incluindo carros de transporte internos, recipientes adequados e higiene desses ambientes;

13.7.3. Avaliação prévia de necessidades de adaptação de layout, se for identificada necessidade de reordenamento no fluxo físico do enxoval.

13.7.4. Protocolo de comunicação e integração com a contratada

13.8. Antes do início da execução, a Administração deverá realizar:

13.8.1. Reunião de alinhamento técnico com a empresa contratada, com a presença da equipe de fiscalização, gestores de hotelaria e demais envolvidos;

13.9. Estabelecimento de meios de comunicação oficiais e rotinas de reporte, inclusive sobre notificações, pendências e envio de relatórios;

13.10. Aprovação do plano de implantação e cronograma inicial, que deverá ser apresentado pela contratada no prazo contratual definido.

13.11. Validação do ambiente tecnológico (se aplicável)

13.12. Caso o sistema informatizado de controle do enxoval exija acesso remoto pela SES/DF, a área de Tecnologia da Informação deverá:

13.12.1. Garantir a disponibilidade de equipamentos (computadores, leitores, rede interna) nas unidades hospitalares que utilizarão o sistema;

13.12.2. Validar previamente o acesso ao portal/sistema da contratada, com definição de usuários, permissões, senhas e níveis de acesso;

13.12.3. Definir o formato de integração de dados para fins de fiscalização, planejamento e auditoria.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de serviços contínuos de processamento de roupas hospitalares e tecidos em geral, com locação de enxoval na modalidade pool e rastreabilidade informatizada, envolve atividades com potencial impacto ambiental, especialmente em função dos processos industriais de lavagem, desinfecção e transporte das peças.

14.2. A empresa deverá apresentar documento formal, em papel timbrado e assinado por seu representante legal, contendo sua política institucional de sustentabilidade, com a descrição de pelo menos três práticas adotadas em suas atividades, tais como:

- 14.2.1. Reaproveitamento de água no processo de lavagem;
- 14.2.2. Uso de produtos de baixo impacto ambiental;
- 14.2.3. Ações de capacitação ambiental interna;
- 14.2.4. Medidas para redução do consumo de energia, papel e insumos.
- 14.2.5. Não será exigida certificação ambiental formal (como ISO 14001), de modo a não restringir indevidamente a competitividade, conforme entendimento do TCU e princípios da isonomia e ampla participação (Lei nº 14.133/2021, art. 5º).

Tabela – Documentos Ambientais a Serem Apresentados pela Contratada

Requisito Ambiental	Descrição/Conteúdo Exigido	Finalidade	Observações Técnicas
Alvará Sanitário ou Autorização da Vigilância	Documento emitido por órgão sanitário atestando a adequação das instalações da lavanderia às normas de biossegurança e saúde pública.	Comprovar a segurança sanitária no processamento das roupas hospitalares.	Pode ser apresentado juntamente à licença ambiental, se emitido por órgão integrado.
Comprovação de destinação adequada de resíduos sólidos e têxteis	Apresentar comprovante de recolhimento por cooperativa, empresa recicladora ou sistema próprio, conforme Lei nº 12.305/2010 (PNRS).	Assegurar o correto descarte de materiais inutilizados e evitar impactos ambientais indevidos.	Deve indicar o tipo de destinação adotada (reciclagem, reutilização, descarte ambientalmente adequado etc.).
Declaração de práticas sustentáveis (obrigatória)	Documento institucional, assinado pelo representante legal, contendo a descrição de ao menos três práticas ambientais adotadas pela empresa.	Demonstrar compromisso com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.	A exigência não obriga apresentação de certificações ISO ou similares , conforme jurisprudência do TCU e princípios da isonomia e ampla participação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

1. A contratação dos serviços de lavanderia hospitalar mostra-se plenamente viável e necessária, considerando que o parque fabril atualmente existente nas unidades da SES/DF apresenta elevado grau de obsolescência, vida útil amplamente superada, ausência de peças de reposição e alto custo de manutenção, fatores que comprometem a continuidade e a segurança do processamento de roupas hospitalares. Além disso, a demanda crescente por rastreabilidade individualizada, controle de vida útil do enxoval, monitoramento de perdas e conformidade sanitária — requisitos previstos nas normas da ANVISA — não pode ser atendida com os equipamentos disponíveis, que não possuem capacidade tecnológica para suportar tais exigências.
2. A terceirização do serviço em modelo centralizado garante maior eficiência operacional, economia de escala, padronização dos processos, melhoria da qualidade do enxoval disponibilizado às unidades assistenciais, redução de riscos sanitários e adequação às melhores práticas do setor. O processamento por empresa especializada permite ainda a adoção de tecnologias modernas, como RFID e sistemas informatizados de controle, proporcionando maior transparência, rastreabilidade e capacidade de fiscalização.
3. Diante desse cenário, a contratação se revela a solução mais vantajosa para a Administração, garantindo continuidade, eficiência, conformidade regulatória e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSANA MARA MUNDIM TOMAZ DE CARVALHO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 15:47:18.

CARLOS ALEXANDRE GOMES DE MEDEIROS

Integrante Administrativo

DYULHY ORILIO DA SILVA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 16:01:37.